



Pedro Glanzner de Campos

**“No porto do Ceará não se embarca mais escravos!”:
trabalhadores abolicionistas e o fim do tráfico interprovincial no
Ceará, 1881**

Monografia apresentada à Graduação em História
da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do
grau em Licenciatura em História

Orientador:
Felipe Azevedo e Souza

Rio de Janeiro
Novembro de 2024

Agradecimentos

Aos meus pais, Evandro e Mônica, que investiram na minha educação, desde o início cultivando meu interesse pela História. Sem o apoio de vocês em toda a minha formação, eu não seria quem sou e não teria chegado aqui. Muito obrigado.

À minha namorada, Giovanna, minha parceira de vida, que esteve e está comigo em todos os momentos, me incentivando a me esforçar ao máximo para atingir meus objetivos, se fazendo presente quando eu precisava de um conselho ou de acolhimento. Seu apoio, suas palavras de carinho e sua confiança foram essenciais. Obrigado por me dar forças e por acreditar sempre no meu potencial.

Aos amigos e colegas que fiz durante a graduação. Compartilhar a rotina com vocês, as trocas, as conversas e as opiniões facilitaram muito esse processo, e construí memórias que guardo comigo com carinho.

A todos os professores com os quais tive a honra de aprender, e que contribuíram imensamente para minha formação. Em especial, agradeço meu orientador, o professor Felipe Azevedo e Souza, cuja orientação e ajuda foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Obrigado por acreditar na pesquisa, por se entusiasmar com os avanços, e por tecer comentários sempre muito precisos sobre o trabalho. Estendo esses agradecimentos ao professor Leonardo Pereira, que aceitou ser o leitor crítico do meu trabalho.

Aos funcionários do Departamento de História, sempre à disposição, que me ajudaram a todo momento e tornaram aquele espaço um ambiente acolhedor para todos os alunos.

Ao CNPq, pelo incentivo ao PIBIC, que me deu as bases sólidas para esse trabalho, e também ao professor e aos colegas de pesquisa, com os quais dividi aprendizados e desafios que muito influíram na minha formação.

À PUC-Rio por oferecer um ambiente de aprendizagem especial - intelectual e físico - e pelo apoio financeiro através de uma bolsa integral para que eu concluísse minha graduação.

A todas as experiências proporcionadas e vividas nesses quatro anos de graduação.

Resumo

O presente trabalho analisa a história do abolicionismo cearense *a partir de baixo*, focando especificamente no engajamento dos trabalhadores e na criação das redes de solidariedade no contexto da Greve dos Jangadeiros de 1881, em Fortaleza (CE). Com a adesão das classes subalternas ao movimento abolicionista, este foi radicalizado, e o processo de libertação do Ceará se intensificou, ganhando reconhecimento nacional e servindo de modelo para os subsequentes esforços abolicionistas no Império. Por fim, este trabalho analisa a forma como esses trabalhadores se associaram e produziram uma nova forma de abolicionismo na última década da escravidão no Brasil.

Palavras-chave: Abolicionismo; Greve; Jangadeiros; Ceará;

Abstract

This research analyzes the history of abolitionism in Ceará from the bottom up, focusing specifically on the engagement of workers and the creation of solidarity networks in the context of the 1881 raftsmen strike (Greve de Jangadeiros) at the port of Fortaleza (CE). With the involvement of the subaltern classes in the abolitionist movement, it became radicalized, and the process of liberation in Ceará intensified, gaining national recognition and serving as a model for subsequent abolitionist efforts in the Empire. Finally, this research analyzes how these workers came together and created new ways of abolitionist activism in the final decade of slavery in Brazil.

Keywords: Abolitionism; Strike; Raftsmen; Ceará;

Sumário

Introdução.....	8
1. A Greve dos Jangadeiros de 1881.....	10
1.1. Antecedentes.....	10
1.2. A Greve.....	14
1.3. As consequências da Greve.....	24
2. O abolicionismo brasileiro e a Greve dos Jangadeiros.....	27
2.1. A repercussão da Greve na Corte e no exterior.....	27
2.2. O abolicionismo cearense à frente do movimento nacional.....	35
3. O papel dos trabalhadores no ativismo abolicionista.....	37
Considerações finais.....	43
Bibliografia.....	45
Fontes.....	48

Lista de ilustrações

Imagem 1 - “Mapa da região flagelada pela seca de 1877”	12
Imagem 2 - Convocação do dia 8 de agosto de 1881.....	18
Imagem 3 - Panfleto “Às Armas!”.....	20
Imagem 4 - Trecho do panfleto “Corra Sangue”	22
Imagem 5 - Representação de uma Jangada do século XIX.....	41

“O Ceará é uma estrela; é mister que o Brasil seja um sol”
Machado de Assis

Introdução

A Greve dos Jangadeiros de 1881, em Fortaleza (CE) oferece uma análise importante da situação da escravidão e da circulação das ideias abolicionistas no Brasil do final do século XIX. O movimento dos jangadeiros e lancheiros cearenses foi fundamental para desencadear uma série de processos históricos que impulsionaram e intensificaram o abolicionismo no Brasil, entre os quais, podemos citar: (1) o término do tráfico interprovincial no Ceará; (2) as leis que proibiram o mesmo tráfico interprovincial em outras províncias do país; (3) o próprio processo da conquista da Abolição no Ceará em 1884, passando a ser reconhecida como “território livre” de maneira inédita no país; e (4) a radicalização do movimento abolicionista com grande participação e protagonismo das classes trabalhadoras.

Diante disso, este trabalho aborda a Greve dos Jangadeiros de 1881 e a importância do engajamento dos trabalhadores e da criação das redes de solidariedade entre os escravizados e os mais diversos estratos sociais.

No primeiro capítulo, começo descrevendo as Greves que ocorreram em janeiro e agosto de 1881 no porto de Fortaleza, destacando a participação fundamental dos jangadeiros e a adesão popular ao movimento ao lado das associações abolicionistas, mostrando a força e o papel singular desempenhado pelo engajamento dos de baixo. Para tanto, mobilizei como fontes os periódicos locais, com o objetivo de apresentar os principais grupos e os protagonistas do movimento grevista a partir dos relatos do período.

No segundo capítulo, o texto se debruça sobre a magnitude e importância da greve para o abolicionismo da época em dimensão nacional, evidenciando que o movimento cearense repercutiu em diferentes províncias, conquistando o apoio de alguns setores e também ameaçando os interesses da classe senhorial. Além disso, a militância dos jangadeiros serviu de modelo para os demais militantes antiescravidão no Império. Portanto, esse trabalho recupera os debates que esse evento gerou na imprensa e nas manifestações abolicionistas na Corte e no exterior por meio dos periódicos, bem como fontes produzidas pelos próprios ativistas abolicionistas à época, no Rio de Janeiro, na Inglaterra e na França.

No terceiro capítulo, realiza uma reflexão sobre o papel dos trabalhadores escravizados e livres no ativismo abolicionista, retomando as fontes e articulando bibliografia sobre o tema para indicar a importância dos fluxos informacionais e articulações coletivas interprovinciais para o fortalecimento do abolicionismo. Dessa maneira, este trabalho investiga as motivações da classe trabalhadora para aderir e construir o movimento

abolicionista especificamente no Ceará, levando em conta as experiências desses indivíduos com a escravidão e as práticas inerentes a ela, o contexto regional e as tradições de classe dos trabalhadores.

Para aprofundar a melhor compreensão da Greve em si, como também das redes de atuação dos jangadeiros antes e no contexto da Greve, a metodologia consiste no uso das fontes impressas da época, especialmente os jornais cearenses e as folhas abolicionistas. Tendo em vista que os jangadeiros e demais trabalhadores não deixaram registros escritos de suas motivações, experiências e expectativas, se fez necessária uma leitura a contrapelo das notícias para mapear as intenções e as articulações desse grupo.

1. A Greve dos Jangadeiros de 1881

1.1. Antecedentes

A Greve dos Jangadeiros de 1881 ocorreu no porto de Fortaleza (CE), e foi um dos eventos que ilustrou a transição do movimento abolicionista brasileiro para um ativismo mais radical, marcado pela robusta participação popular. Assim, é importante compreender os acontecimentos que antecederam a Greve e, de certa forma, levaram a ela, além de analisar detalhadamente esse momento de mobilização da classe marítima cearense.

Em 1850, o tráfico transatlântico de escravizados foi definitivamente encerrado no Brasil, dezenove anos depois da Lei Feijó (1831). Essa decisão contrariava os interesses da indústria cafeeira do eixo Sul-Sudeste do Império, que era a principal região exportadora de café do planeta, vivia o ápice de sua expansão e demandava cada vez mais mão-de-obra escravizada para ampliar sua capacidade produtiva. Consequentemente, na segunda metade do século XIX, o tráfico interno de cativos, que já funcionava de maneira incipiente, se desenvolveu “em grande escala durante trinta anos - desde 1851 até a sua virtual abolição pelas legislaturas provinciais das províncias importadoras em 1881”.¹

Assim, após a Lei Eusébio de Queirós (1850), o tráfico interprovincial cresceu exponencialmente, e direcionou-se para os dois principais mercados de escravizados brasileiros à época, isto é, o Sul-Sudeste cafeeiro e o Norte-Nordeste açucareiro.

Apesar do que afirmam as leituras tradicionais acerca do tráfico interprovincial a partir da década de 1850, ele não estava orientado exclusivamente para o abastecimento da região Sul-Sudeste, e este também não contribuiu para o esvaziamento completo das escravarias das regiões açucareiras do Nordeste, tendo em vista que a maioria dos escravizados levados aos portos do Sul advinham de zonas urbanas.² Na realidade, o tráfico interno na porção norte do Império era bastante forte, e é importante notar que as regiões açucareiras de Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe constituíram um mercado de escravizados importante para o tráfico interno³, e então firmaram-se circuitos entre as zonas não-açucareiras - ou menos produtivas - e as áreas produtivas.

Ainda, conforme apontado por Robert Slenes, a maior quantidade de escravizados foram levados de “províncias não açucareiras que haviam recentemente adquirido um

¹ CONRAD Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 64

² SLENES, Robert. “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888”. In: DAVIS, David Brion; JOHNSON, Walter. **The Chattel Principle**. Yale University Press: New Haven, 2008. p. 337

³ Idem. p. 339

importante setor algodoeiro (...)”, como o Ceará, aproveitando os impactos da Guerra de Secessão estadunidense nas fazendas de algodão do país.⁴

Entretanto, a região sofreu com uma crise econômica intensa ao longo da década de 1870, causada pela pronunciada queda dos preços do algodão brasileiro devido à retomada da produção norte-americana na década de 1860, e pela Grande Seca de 1877-1879, que afetou também outras províncias da região Nordeste (Imagem 1). O colapso econômico, portanto, acarretou “um aumento incisivo no fluxo de escravos para fora da província”, sendo negociados a preços cada vez mais baixos, e “em 1880, os escravos já constituíam para alguns cearenses a única propriedade negociável”.⁵ A narrativa da seca como grande golpe contra a propriedade escrava no Ceará é corroborada pela narrativa do abolicionista e escritor cearense Rodolfo Teófilo⁶

Abriam-se alguns escritórios de compra de escravos para se aproveitarem torpemente do último recurso que restava ao infeliz matuto. A mercadoria era comprada no interior por baixo preço; as peças custavam às vezes duas sacas de farinha ao magarefe italiano, que afrontava os perigos das longas travessias. Saíram durante o ano de 1877, pelo porto de Fortaleza, 2.909 escravos para o sul do Império.⁷

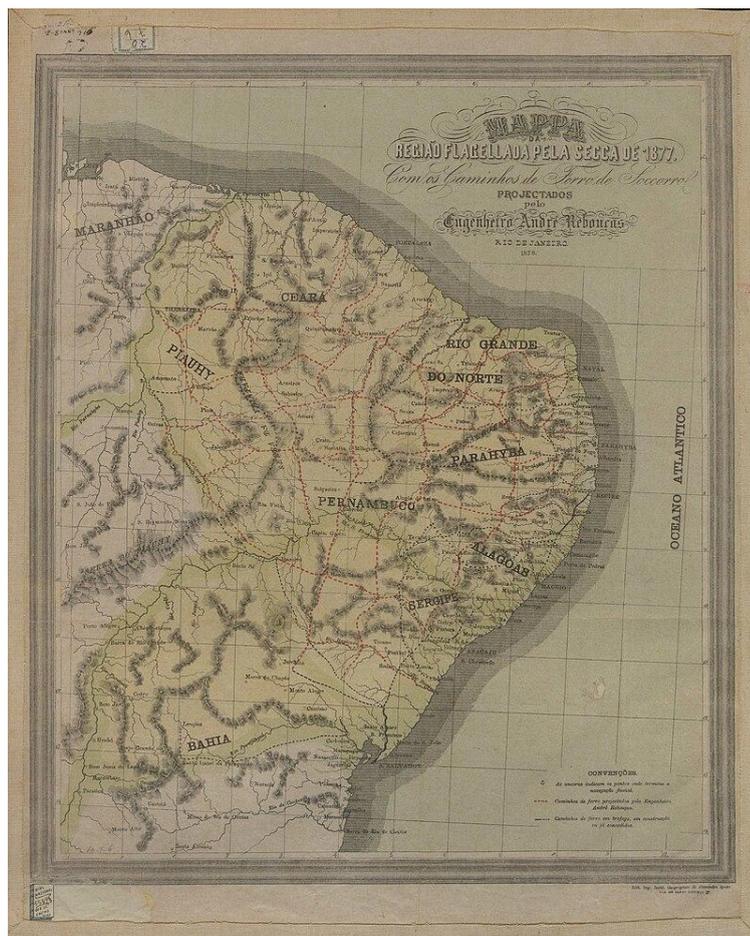
⁴ Ibidem. p. 338-339

⁵ CONRAD, Robert. *Op. cit.* p. 213

⁶ THEOPHILO, Rodolpho. **A fome: Cenas da seca do Ceará**. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

⁷ GIRÃO, Raimundo. **A Abolição no Ceará**. *Op. cit.* p. 73

Imagem 1 - “Mapa da região flagelada pela seca de 1877”



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Brasil (produzido por André Rebouças)

Nesse contexto, as províncias do Nordeste, e dentre elas especialmente o Ceará, se tornaram fundamentais no circuito de exportação de cativos para outras províncias. Ao longo da década anterior à greve, foram traficados do Ceará, milhares de homens, mulheres e crianças escravizadas para os centros produtivos do Império - totalizando mais de um quinto de toda a população escravizada da província⁸. No entanto, em pouco tempo os políticos e comerciantes calcularam que essa prática abreviaria a duração da escravidão, pois “se não houvesse um fim rápido desse tráfico (...), a população escrava das províncias do Norte ficaria depressa tão reduzida” que os deputados dessa região poderiam “decretar a emancipação sem comprometer nem mesmo afetar os interesses de suas respectivas províncias”.⁹

Com o objetivo de conter o desequilíbrio causado pelo comércio interno de cativos, foram aprovadas medidas antitráfico no Sul que, contraditoriamente, tornaram menos valiosa

⁸ CONRAD, Robert. *Op. cit.* p. 213

⁹ CONRAD, Robert. *Op. cit.* p. 210

a propriedade escrava nas províncias exportadoras - como o Ceará -, o que forneceu incentivo para o desenvolvimento do movimento abolicionista organizado.

Esses processos, no entanto, não são suficientes para explicar a conjuntura do abolicionismo cearense às vésperas da Greve dos Jangadeiros. Celso Castilho¹⁰ rejeita a correlação estrita entre a grave crise econômica que flagelou a província e o fim da instituição da escravidão, denunciando essa narrativa como uma construção dos senhores de escravizados para tentar diminuir a importância da mobilização popular a que se assistiu.

Por sua vez, Castilho propõe que a formação de um público abolicionista cearense antecede a Lei do Ventre Livre (1871), e que este processo foi de fato intensificado pela Grande Seca, quando as circunstâncias cruéis de carestia e mortandade impulsionaram um robusto êxodo rural na província.¹¹ Além do crescimento da população, é fato que “os sofrimentos e desilusões advindos com a seca despertaram os sentimentos de caridade e solidariedade”¹², o que motivou o surgimento de uma série de associações de ajuda mútua na cidade de Fortaleza.

Além disso, as dificuldades enfrentadas durante esse período provocaram grande movimentação da população, tomada por um “anseio de auto-afirmação manifestado em se querer mudar o que era defendido pela ideologia tradicional”, e que “levou a ação popular, principalmente a classe média, a agredir o escravismo representativo que era de valores anacrônicos e de origem colonial”.¹³

Assim, em 1879 - no aniversário de oito anos da Lei do Ventre Livre -, foi fundada uma associação de ajuda mútua: a Sociedade Perseverança e Porvir (SPP), formada por comerciantes da capital, e dedicada também à emancipação de cativos. No final do ano seguinte, uma facção da SPP fundou uma sociedade diretamente voltada à causa abolicionista, chamada Sociedade Cearense Libertadora (SCL) - tendo como presidente o célebre ativista João Cordeiro -, que, em janeiro de 1881, criou o próprio periódico para divulgar seus ideais, chamado Libertador (CE). Tal jornal se dedicou a “formar um público leitor condizente com a ideologia abolicionista e com os valores de uma sociedade moderna, científica, industrial, livre e capitalista” à parte da imprensa político-partidária, e também disputava espaço com os jornais liberais Cearense (CE) e Gazeta do Norte (CE), e com os

¹⁰ CASTILHO, Celso Thomas. **Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship**. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2016.

¹¹ Idem. p. 111

¹² SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da Escravidão no Ceará: das Origens à Extinção**. Fortaleza: Instituto do Ceará. 2011. p. 154

¹³ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Op. cit.* p. 154

periódicos conservadores Pedro II (CE) e Constituição (CE) - utilizados na “manutenção das oligarquias na máquina pública provincial”.¹⁴

No momento em que a mobilização abolicionista começou a crescer no Ceará, o presidente da província era André Augusto de Pádua Fleury, um conhecido opositor da escravatura - cujo governo durou de meados de 1880 ao início de 1881. A conjuntura política leniente - e por vezes favorável - em relação ao abolicionismo foi importante para o fortalecimento do movimento nesse período, e seguiu sendo basilar no processo de libertação cearense. Ainda assim, isso não impediu que a polícia atuasse com violência em repressão ao movimento em determinados momentos.

A SCL e o Libertador (CE) são fundamentais à Greve dos Jangadeiros, pois foi por meio deles que a mobilização da sociedade civil em apoio aos trabalhadores marítimos foi articulada. Foi também a SCL que articulou o subsequente movimento provincial pela abolição da escravidão, se conectando com outras associações abolicionistas e com outras entidades solidárias à causa, como o 15º Batalhão estacionado na província. Por fim, foi o Libertador (CE) um dos principais veículos de divulgação do ideário que permitiu o projeto pioneiro da libertação do Ceará para o público geral.

1.2. A Greve

O fechamento do porto de Fortaleza ao tráfico interno de escravizados foi conquistado pela articulação dos jangadeiros e do movimento abolicionista organizado cearense ao longo de 1881. A paralisação dos trabalhadores marítimos teve início no dia 27 de janeiro do mesmo ano, e foi um dos principais golpes contra a instituição da escravidão na província - cujo fim foi decretado em 25 de março de 1884, antes do restante do Império.

Tal esforço de asfixiamento do comércio de escravizados no Ceará pelos jangadeiros e demais militantes abolicionistas teve como destaques os embates com os traficantes que se deram em janeiro e em agosto de 1881. Para melhor compreensão desses fatos, se faz necessário um mergulho nos relatos de época, colhidos dos periódicos que registraram os acontecimentos.

No dia 27 de janeiro, os traficantes de escravizados estavam organizando o embarque de vários indivíduos em navios a vapor, saindo do porto de Fortaleza com destino às lavouras de café da região Sul. Entretanto, esse esforço enfrentou a “onda de indignação pública contra

¹⁴MESQUITA, Francisco Paulo de Oliveira. “Novo jornalismo e abolicionismo: o jornal *Libertador* e a imprensa política na província do Ceará (1880-1884)”. *Revista Ars Histórica*, Rio de Janeiro, n. 21, pp. 237-265, jan./jun. 2021 p. 240

o infame comércio¹⁵ de escravizados que acometia a capital cearense no momento, incentivada pelos grupos abolicionistas locais.

Assim, em resposta à movimentação dos traficantes, os trabalhadores marítimos da capital e a Sociedade Cearense Libertadora (SCL) articularam uma manifestação conjunta para fechar o porto de Fortaleza ao tráfico de escravizados. Os jangadeiros e lancheiros, sob a liderança do liberto José Napoleão¹⁶, se recusaram a embarcar mais um cativo sequer nos vapores e demais embarcações, e resistiram à pressão dos traficantes, que recorreram à força policial para tentar, sem sucesso, obrigá-los ao transporte dos escravizados. Aos membros da SCL, “coube aliciar gente, em maior quantidade possível, para achar-se na praia na hora do embarque”¹⁷, o que resultou em uma mobilização popular em apoio à resistência dos jangadeiros perante as autoridades, descrita pelo *Libertador* (CE) como o afluxo de “1500 homens de todas as classes e condições”¹⁸ à praia.

No entanto, os traficantes foram capazes de embarcar pelo menos nove desses indivíduos nas primeiras horas da manhã, sem nenhuma interferência. Dentre estes, estava a cativa Luiza, pertencente a um indivíduo chamado Galdino Francisco Linhares, que não podia ser vendida por conta das garantias legais das quais gozava - isto é, segundo a *Gazeta do Norte* (CE), possuía cem mil réis de pecúlio. Com a pronta ação da Sociedade Cearense Libertadora, ela foi trazida de volta à praia pelas autoridades competentes e teve seu pecúlio depositado, garantindo que não mais retornasse à embarcação, ou seja, ao fim conquistou a liberdade, mas mediante indenização ao seu proprietário.

Tanto a *Gazeta do Norte* (CE) quanto *O Monitor*¹⁹ (BA) noticiaram o caso de uma escravizada conhecida como Eusébia, mas cujo verdadeiro nome era Francisca, que foi retirada da embarcação após alegar ser livre. Ela foi então levada à praia para maiores esclarecimentos. De acordo com uma matéria do *Jornal do Recife* (PE)²⁰ do dia 5 de fevereiro de 1881, foi depositado um valor de pecúlio em favor de Francisca, caso ela não fosse, de fato, livre.

Por fim, segundo o *Libertador* (CE), a bordo do mesmo vapor Pará, também estavam uma mulher e suas quatro filhas, embarcadas no Maranhão para serem vendidas no Rio de Janeiro, apesar de serem livres - isto é, vítimas de escravização ilegal, fenômeno do qual tratarei no capítulo seguinte. Sabendo disso, a SCL se mobilizou e enviou um requerimento

¹⁵ *Gazeta do Norte* (CE). 28 de janeiro de 1881. “Embarque de escravos”, p. 2.

¹⁶ *Idem*. p. 2.

¹⁷ GIRÃO, Raimundo. *Op cit.* p. 105

¹⁸ *Libertador* (CE). 7 de fevereiro de 1881. “Os acontecimentos de 27, 30 e 31 de Janeiro”, p. 1-8.

¹⁹ *O Monitor* (BA). 9 de fevereiro de 1881. “Províncias - Ceará”, p. 2.

²⁰ *Jornal do Recife* (PE). 5 de fevereiro de 1881. “Vapor do Norte - Ceará”, p. 1.

ao chefe de polícia para que essa família fosse desembarcada, e assim foi feito. Dessa forma, o dia 27 de janeiro de 1881 se tornou importantíssimo para o abolicionismo cearense, e deixou marcada a frase: “No porto do Ceará não se embarcam mais escravos!”.

Entretanto, apesar da reação popular e do apoio dos jangadeiros nos eventos do dia 27, as atividades dos traficantes não cessaram, e eles tentaram embarcar outros 38 escravizados apenas três dias depois, no vapor Espírito Santo, que também seguiria viagem ao Sul do país²¹. Novamente, o tráfico de escravizados no porto de Fortaleza foi rechaçado com o engajamento reiterado dos jangadeiros à causa²², e ainda contou com a atuação de Napoleão e com o apoio da população que estava na praia no momento.

Ao final do dia 30, os negreiros não haviam conseguido embarcar um escravizado sequer, e o povo celebrou a dita “vitória da liberdade”, homenageando especialmente os jangadeiros e lancheiros, personagens essenciais daquela conquista. Pela manhã do dia 31, no entanto, o vapor Espírito Santo ainda aguardava o embarque dos cativos para o envio ao Sul escravista. Os traficantes cearenses tiveram outra vez seus esforços frustrados, suas atividades tiveram de ser reorganizadas e redirecionadas, reunindo os cativos e levando-os ao porto de Aracati - que estava localizado a cerca de 145 quilômetros da capital. Na perspectiva de Robert Conrad, os eventos tratados aqui foram fundamentais para uma nova etapa da luta contra escravidão: “o abolicionismo transformou-se, no Ceará, num movimento das massas, ameaçando a escravatura na totalidade da nação”.²³

Sobre os eventos de janeiro de 1881, a historiografia tradicional - que ganha especial destaque nas obras de Raimundo Girão e Edmar Morel - posiciona Pedro Artur de Vasconcelos, membro da SCL, como principal articulador da paralisação do tráfico na capital, e atribui papel menor e reativo aos jangadeiros. Segundo essa vertente explicativa, teria sido Pedro o idealizador da greve e o responsável por convocar os jangadeiros à paralisação. No entanto, essa narrativa vem sendo repensada por pesquisas mais recentes, que descrevem o protagonismo dos trabalhadores marítimos no esforço de fechamento do porto.

À frente do movimento dos jangadeiros, de acordo com essas produções - o que é confirmado pelos periódicos da época, como a Gazeta do Norte (CE) -, estava o liberto José Napoleão, “chefe de capatazia do porto e detentor das simpatias dos companheiros de serviço e dos jangadeiros em geral (...)”²⁴, e que por isso teria sido o líder da mobilização. Já Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”, apresentado em um papel menor, homem

²¹ *Libertador* (CE). 7 de fevereiro de 1881. “Os acontecimentos de 27, 30 e 31 de Janeiro”, p. 1-8.

²² *O Cearense* (CE). 1 de fevereiro de 1881. “Noticiário - Embarque de escravos”, p. 2.

²³ CONRAD, Robert. *Op cit.* p. 218

²⁴ GIRÃO, Raimundo. *Op. cit.* p. 104

de cor e mister Prático da Barra no porto de Fortaleza, ele de fato só participou ativamente das mobilizações em um momento posterior. Essas duas figuras ocupavam ofícios de destaque no porto, desempenhando importantes funções de liderança e até mesmo recebendo uma boa remuneração, quando comparados aos jangadeiros e estivadores.

Logo após a greve, a Sociedade Cearense Libertadora se valeu de seu periódico *Libertador* (CE) para publicar um relato detalhado dos acontecimentos dos dias 27 a 31 de janeiro, com o objetivo de registrar e divulgar para todos a efervescência abolicionista na capital cearense. Essas publicações difundiram os ideais da própria SCL, utilizando um discurso que entendia o povo cearense como pioneiro e exemplo para as demais províncias do Império.

É importante ressaltar que, em menos de dois meses, o objetivo inicial do movimento havia sido alcançado: o comércio de escravizados havia terminado no Ceará e os trabalhadores marítimos continuavam empenhados na oposição ao infame comércio. Estes indivíduos passaram a integrar o movimento abolicionista organizado com ainda mais fervor e em maior número. Os líderes populares José Napoleão e Francisco do Nascimento se tornaram membros da SCL, atuando em conjunto com os demais integrantes na construção de um movimento forte na província.

Durante esse período, o presidente da província André Pádua Fleury, solidário à militância, foi substituído por Pedro Leão Veloso, “um político sem qualquer simpatia pela causa abolicionista”. Ele governou entre abril e dezembro de 1881, e nomeou Torquato Mendes Viana, que se provou um inimigo do abolicionismo, como chefe de polícia. Não obstante o recrudescimento da oposição governamental, o movimento ganhou força e pelo menos seis sociedades de libertação foram fundadas no Ceará. Além disso, a vitória da greve praieira foi institucionalizada com a publicação de medidas fiscais²⁵ que afetaram o preço dos escravizados e tornavam economicamente inviável a perpetuação dos negócios do tráfico.²⁶

Entretanto, mesmo com o fim do tráfico em Fortaleza, alguns comerciantes - atuando dentro e fora da província - entendiam que os escravizados cearenses, vendidos a preços mais baixos que no restante do Império, ofereciam oportunidade de grande lucro se negociados em mercados onde a procura pela mão-de-obra escrava ainda era forte - como o de Belém, no Pará, que foi um dos últimos portos do norte a abolir o comércio de cativos. Para que tal

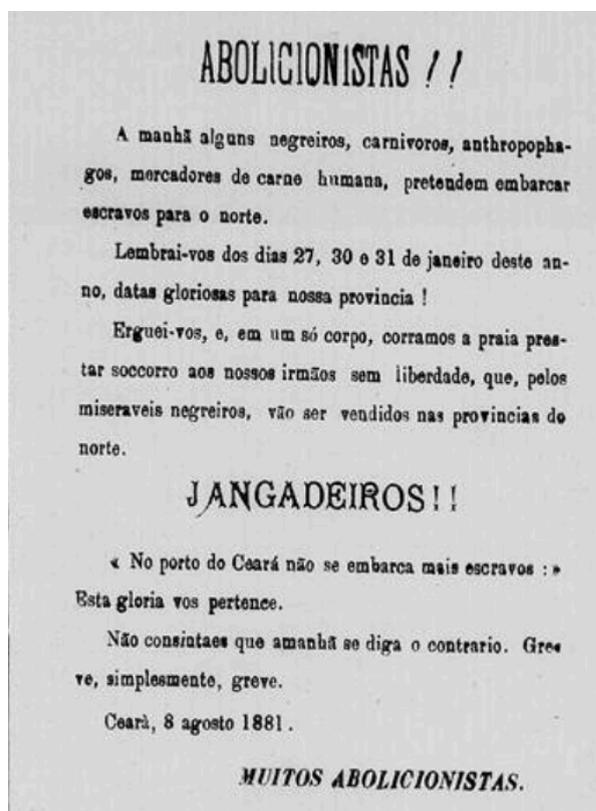
²⁵ No dia 5 de agosto de 1881 foi aprovada pelo legislativo provincial uma lei que instituiu uma taxa de 1:000\$000 réis por escravizado que entrasse no Ceará, prejudicando o comércio de cativos. Ver SILVA, Pedro Oliveira. *Op cit.* p. 219

²⁶ CONRAD, Robert. *Op. cit.* p. 219-220

empreendimento funcionasse, era necessário reabrir o porto de Fortaleza ao tráfico²⁷, desenhando um conflito com os abolicionistas. Assim, em agosto de 1881, se desenrolaram eventos semelhantes aos de janeiro daquele ano, que merecem destaque e um estudo mais aprofundado, pois marca um segundo momento da Greve dos Jangadeiros.

Ao longo do mês, segundo o *Libertador* (CE)²⁸, se intensificaram os embates acerca da retomada da participação do Ceará no tráfico interno de escravizados. Já no dia 8 de agosto, a SCL utilizou as páginas do periódico para convocar os jangadeiros e o povo de Fortaleza para mais uma vez rechaçar as tentativas de embarcar escravizados no porto da cidade (FIGURA 2).

Imagem 2 - Convocação do dia 8 de agosto de 1881



Fonte: *Libertador* (CE). 8 de agosto de 1881. “Abolicionistas! Jangadeiros!”, p. 1.

Além desta convocação, foi publicado, em 21 de agosto de 1881, um outro panfleto, intitulado “Às Armas!”, que incitava a população a reprimir toda tentativa de embarcar escravizados em Fortaleza. A menção ao embarque para o Norte indica que esses escravizados também estariam inseridos em circuitos econômicos fora dos mercados de cativos tradicionais ao tráfico interprovincial, sendo direcionados, por exemplo, para compor

²⁷ CONRAD, Robert. *Op. cit.* p. 220

²⁸ *Libertador* (CE). 7 de setembro de 1881. “Manifesto da Sociedade Cearense Libertadora ao Governo e ao Paiz”.

a força de trabalho na indústria da borracha na região amazônica - especialmente nas províncias do Pará e do Amazonas.

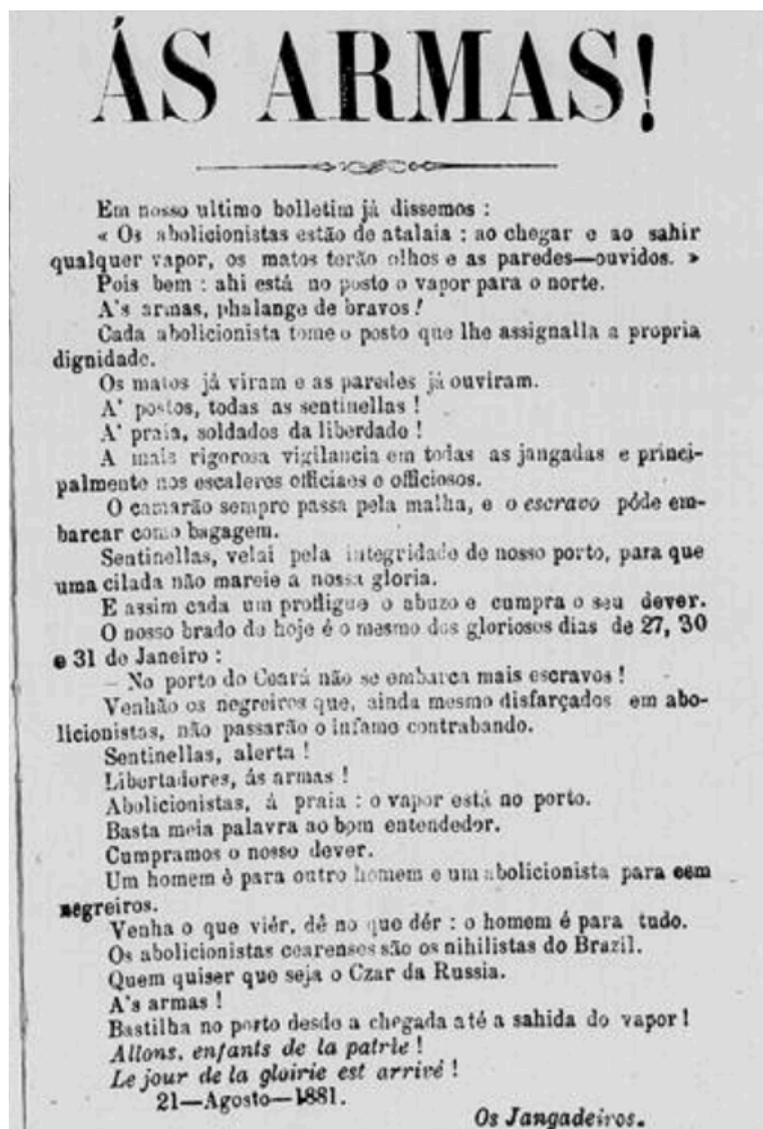
Assim, “os vapores singravam a costa do Ceará (...) em direção aos portos da floresta, onde os aguardava as tramas do sistema de aviamento, cuja força de trabalho era grandemente concentrada nos seringais”²⁹, contribuindo para um processo de “diáspora (afro)cearense”³⁰.

Ainda, o panfleto fazia alusão à Revolução Francesa, convocando o povo à “Bastilha no porto desde a chegada até a saída do vapor”, isto é, chamando abertamente à luta contra os traficantes. Por fim, o panfleto foi assinado pelos jangadeiros, o que indica a importância dessas figuras na luta nesse contexto (FIGURA 3).

²⁹ CARDOSO, Antonio Alexandre. Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o Território Amazônico (1847-1877). 2011. 244 f. **Dissertação (Mestrado em História)** - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2011. p. 148-149

³⁰ BARBOZA, Edson Holanda Lima.. “Da diáspora cearense: classificações e alianças em rotas entre o Ceará e a Amazônia”. **Projeto História**, São Paulo, n. 56, pp. 117-148, Mai.-Ago. 2016. p. 127

Imagem 3 - Panfleto “Às Armas!”



Fonte: *Libertador* (CE). 21 de agosto de 1881. “Às Armas!”, p. 1.

Tais panfletos são de extrema importância para compreender a articulação do movimento e a mobilização das camadas populares em torno da causa. No Brasil, esses impressos se consolidaram, desde o início do século XIX, como “instrumentos eficazes de promoção do debate e, mais ainda, da ampliação de seu alcance, graças à prática da leitura coletiva em voz alta”, permitindo a “intervenção do indivíduo comum na condução dos destinos coletivos”.³¹

Os folhetos eram particularmente efetivos por empregarem uma linguagem menos erudita e mais direta - por muitas vezes oralizada, premeditando a leitura coletiva -, e assim divulgavam e criticavam ideias, e difundiam um vocabulário político próprio. Na maioria dos

³¹ DE CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. *Às armas, cidadãos!: panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 7

casos, funcionam como convocações à ação - como no caso dos panfletos abordados no presente texto -, e portanto eram distribuídos nos dias anteriores às mobilizações para engajar os leitores e dar robustez a qualquer tipo de ação. Por isso, oferecem uma ótima oportunidade de entender o engajamento e a sensibilização da população de Fortaleza naquele momento.

A historiografia tradicional, com exceção de Pedro Alberto de Oliveira Silva,³² não conferiu muita importância aos vários panfletos publicados entre janeiro e agosto daquele ano, mas a publicação fundamenta a concepção de que o fechamento do porto em 1881 não foi consensual e aceito em um primeiro momento, e que os jangadeiros tinham de permanecer alertas às tentativas dos traficantes de burlarem o bloqueio. As tensões continuaram aumentando, e atingiram o ponto mais alto com a chegada do paraense Camerino Facundo de Castro Menezes, que adquiriu duas escravizadas e queria transportá-las de volta para o Pará com o fito de vendê-las.

Sabendo disso, a SCL e os demais abolicionistas cearenses, entendendo que isso invalidaria os esforços da greve de janeiro, de imediato se puseram contra a ação de Camerino, e foram recebidos com ameaças da força pública, que afirmava que “ou os escravos embarcam, ou corre sangue”³³. A essa provocação, responderam os abolicionistas com um panfleto intitulado “Corra Sangue”³⁴, publicado no dia 30 de agosto de 1881, isto é, a data prevista do embarque das escravizadas no vapor Espírito Santo, de propriedade de um dos envolvidos na manifestação de janeiro.

Assim, por meio do panfleto, a SCL conclamou a população a impedir o embarque das cativas de Camerino, exaltando a honra do povo cearense, que havia posto fim ao tráfico na província e agora era chamado a garanti-lo. Segundo a publicação, a glória dos feitos de janeiro de 1881 se tornaram notícia em todas as partes do “mundo civilizado”, que agora enxergavam o Ceará como o pioneiro no movimento abolicionista brasileiro. A convocação menciona que, além das cativas compradas na capital, havia outras duas, que acompanhavam Camerino com o título de criadas - fato que a SCL pôs em dúvida.

O panfleto prossegue, e adquire tom mais radical e agressivo, instando os leitores ao combate direto, pois mesmo que corresse sangue era dever do povo - isto é, os adeptos ao abolicionismo - repelir essa afronta e impedir a desonra do porto cearense, mesmo que lhes custasse a vida. Por fim, aumentando ainda mais o impacto do folheto, este termina novamente assinado em nome dos jangadeiros.

³² SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Op cit.* p. 214.

³³ *Libertador* (CE). 7 de setembro de 1881. “Manifesto da Sociedade Cearense Libertadora ao Governo e ao Paiz”. p. 1

³⁴ *Libertador* (CE). 30 de agosto de 1881. “Corra Sangue!”. p. 1

Imagem 4 - Trecho do panfleto “Corra Sangue”

Repellimos a injuria e lavamos a affronta, embora **corra sangue**.
 Todo o perigo é nullo, quando se prefere a honra á todos os lucros.
 Abolicionistas cearenses !
 O vapor está no porto.
 O escaler official e officioso se encarrega de consumir a infamia.
 O porto do Ceará vae ser deshonrado.
 Acudi pois em defeza de vossa dignidade, e salvai a gloria do vosso nome.
 A furia escravocata collocou o povo Cearense no mais terivel dilemma:
 —Ou viver com infamia, ou morrer com honra.
 Morra-se com honra !
Corra o **sangue** que o sangue é o baptismo da liberdade, a nobresa do po-
 a redempção dos captivos.

OS JANGADEIROS

Ceará, 30 de Agosto—1881

Fonte: *Libertador* (CE). 30 de agosto de 1881. “Corra Sangue!”. p. 1

A força e a importância da participação dos trabalhadores do mar no movimento abolicionista são atestadas pela assinatura dos jangadeiros - que adquiriram estatuto heroico perante a população de Fortaleza - das convocações e panfletos publicados.

Dessa maneira, o povo foi à praia, e, em suporte aos jangadeiros, se opôs abertamente àquele ato, demandando que não fosse embarcado mais nenhum escravizado naquela praia. O liberto José Napoleão mais uma vez figurava à frente dos praieiros e jangadeiros, é mencionado nas fontes organizando o trancamento do porto e “arrancando as pedras dos calçamentos, postas em rumas, para dificultar a ação oficial, na passagem para beira-mar”³⁵. O que não impediu o chefe de polícia Mendes Viana de ir ao encontro da manifestação “com uma ampla força para assegurar o embarque de escravos”³⁶.

A ação dos abolicionistas também teria contado com a participação de Francisco José do Nascimento³⁷, que teria se oferecido para assassinar o chefe de polícia caso fosse necessário³⁸ e que teria utilizado uma de suas jangadas para resgatar as duas escravizadas da embarcação. Os abolicionistas, então, fugiram com as cativas e as esconderam em suas residências temporariamente, para que depois fossem transportadas para a casa de Tia Esperança - uma mulher preta livre - por meio de uma “underground railroad” terrestre local.³⁹

Para tentar pôr fim à mobilização dos jangadeiros, o chefe de polícia teria requisitado o apoio do 15º Batalhão, o que lhe foi negado. Como o abolicionista Antônio Bezerra descreve em seu relato, o Coronel Francisco de Lima e Silva do 15º Batalhão era muito

³⁵ GIRÃO, Raimundo. *Op cit.* p. 127

³⁶ CONRAD, Robert. *Op cit.* p. 220

³⁷ GIRÃO, Raimundo. *Op cit.* p. 108

³⁸ BEZERRA, Antônio. **O Ceará e os cearenses**. Fortaleza: Biblioteca Básica Cearense - Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p. 60

³⁹ JEAN, Martine. *Op. cit.* p. 18

solidário à causa abolicionista e, portanto, partidário dos membros da SCL, aos quais declarou que prestaria auxílio se preciso. Por conta das boas relações, Lima e Silva decidiu atrasar o envio de tropas e, portanto, dificultar o trabalho do chefe de polícia Mendes Vianna.⁴⁰ Quando finalmente enviou os praças requisitados, as cativas já haviam sido resgatadas, e de acordo com o relato do Libertador (CE)⁴¹, o chefe de polícia enfim teria cedido e se retirado desmoralizado da praia.

Contudo, a oposição da SCL, desta vez, teve graves consequências para seus próprios membros e aliados, e a ação dos abolicionistas no porto foi severamente repreendida pela edição da Gazeta do Norte (CE) do dia 2 de setembro de 1881. Segundo a publicação, o movimento da SCL em janeiro teria sido honrado e louvável, mas a associação teria tomado o curso de ação errado ao intervir no embarque das escravizadas sob a posse do Sr. Camerino. Além disso, esse equívoco teria produzido, desnecessariamente, uma convulsão da ordem pública e um conflito com as autoridades, o que os redatores do periódico reprovaram veementemente.⁴²

Por consequência do conflito com a SCL e da repercussão do mesmo, o então chefe de polícia Sr. Torquato Mendes Viana teria pedido ao presidente da província do Ceará, Sr. Pedro Leão Veloso, que medidas extraordinárias fossem tomadas com o fito de punir os responsáveis pelos eventos do dia 30 de agosto - e visando especialmente enfraquecer a militância abolicionista organizada cearense.

Dentre as punições, cabe destacar a exoneração do promotor público Frederico Borges, que era vice-presidente da SCL, a demissão do prático-mor do porto, isto é, de Francisco José do Nascimento, a instauração de um processo contra os abolicionistas envolvidos pelo crime de sedição e, enfim, o envio do 15º Batalhão - marcadamente engajado na causa da libertação dos escravizados - para outra província. Ainda, o Libertador (CE) “suspendeu praticamente sua publicação depois dos acontecimentos do dia 30 de agosto”, imprimindo escassas edições ao longo da primeira metade de 1882.⁴³ Tal suspensão se deveu, primeiramente, à forte repressão do governo provincial à Sociedade Cearense Libertadora e à “repercussão negativa da segunda greve dos jangadeiros no porto da cidade de Fortaleza, na opinião pública brasileira, em especial na capital do Império”.⁴⁴

⁴⁰ BEZERRA, Antônio. *Op cit.* p. 60-61

⁴¹ *Libertador* (CE). 7 de setembro de 1881. “Manifesto da Sociedade Cearense Libertadora ao Governo e ao Paiz”. p. 1

⁴² *Gazeta do Norte* (CE). 2 de setembro de 1881. “O assumpto do dia”. p. 1

⁴³ CONRAD, Robert. *Op cit.* p. 221

⁴⁴ MESQUITA, Francisco. “O que se diz do Ceará?: o abolicionismo cearense no teatro do jornalismo brasileiro (1880-1888)”. **Dissertação (Mestrado em História)**. Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2021. p. 64

Por outro lado, é fundamental contabilizar os altos custos para a impressão do periódico como o principal motivo para a interrupção, imposto pela tipografia que imprimia as edições do *Libertador* (CE). Tal tipografia pertencia, na realidade, ao periódico *O Cearense*, que representava os interesses do governo provincial. Os proprietários da tipografia criaram uma série de empecilhos à publicação do impresso abolicionista em resposta à Greve de agosto. O jornal só voltou a ser veiculado de maneira normal em 2 de novembro de 1882, quando a SCL obteve os recursos para financiar a montagem de uma robusta tipografia, instalando agências do *Libertador* (CE) em outras cidades do Ceará.⁴⁵

No dia 8 de dezembro de 1881, em comemoração ao primeiro aniversário da Sociedade Cearense Libertadora, foi publicada uma raríssima edição do *Libertador* que fazia um balanço das ações do Presidente do Ceará Pedro Leão Velloso em resposta à Greve de Agosto de 1881. Os abolicionistas denunciaram a demissão injustificada de Francisco do Nascimento, até então prático do porto, e também criticaram a nomeação do chefe de polícia Torquato Mendes Viana, inimigo declarado da SCL, ao cargo de vice-presidente da província. Por fim, eles lamentaram a demissão do Coronel Francisco de Lima e Silva do 15º Batalhão, e alertaram todos os abolicionistas cearenses sobre o perigo de lutar em prol da causa durante os governos de Leão Velloso (1881) e Mendes Viana (1881-1882).⁴⁶

Ainda assim, apesar do esforço para sufocá-lo, o movimento cearense não sucumbiu, e, fortalecido pelo sucesso das greves de janeiro e agosto de 1881, a participação popular aumentou exponencialmente e o fervor abolicionista se fortaleceu, chegando a outras cidades do Ceará - algumas que já contavam com sociedades abolicionistas e emancipacionistas próprias, como Sobral e Baturité.

1.3. As consequências da Greve

Após a greve de agosto de 1881, as notícias sobre a Sociedade Cearense Libertadora se tornam mais escassas, até novembro de 1882, quando José do Patrocínio desembarcou em Fortaleza. A vinda de um dos mais vocais nomes do abolicionismo brasileiro para os portos do Norte é evidência que, apesar da repressão do governo Torquato Mendes Viana nos meses seguintes à mobilização, os abolicionistas continuaram articulando a luta na província e fortalecendo elos com líderes abolicionistas Brasil afora.

No início de 1882, Viana deixou a presidência da província, dando lugar a Sancho de Barros Pimentel, “deputado na mesma legislatura de Nabuco, membro da Sociedade

⁴⁵ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Op cit.* p. 216

⁴⁶ *Libertador* (CE). 8 de dezembro de 1881. “Perfidia”. p. 2

Brasileira Contra a Escravidão (SCBE) e parte de seu bloco parlamentar de 1880⁴⁷, que esteve à frente do Ceará por apenas sete meses. A SCL comemorou a nomeação de Pimentel, que de imediato se inseriu nas disputas em relação à escravidão e ao tráfico de escravizados que pululavam na província, tendo sido o responsável, em julho de 1882, por implementar a Lei nº 2017 de 15 de setembro de 1882 - determinando a taxaço da exportação de escravizados⁴⁸ - que foi a pá de cal do comércio interprovincial de escravizados no Ceará.

Foi no início de 1882, também, que José Napoleão fundou o Clube dos Libertos, uma associação que pretendia dar mais visibilidade e relevo à luta dos libertos pela Abolição, buscando recrutar novos membros e fortalecer o movimento. Nessa associação, apesar de vinculada à SCL, seus membros possuíam um perfil racial e de classe diferente e realizavam reuniões separadas.

A robusta adesão popular de indivíduos livres, libertos e dos próprios escravizados, somada a um “governo local facilitador”, forneceram às libertadoras cearenses uma conjuntura adequada para o movimento, o que impulsionou a “campanha de libertação de territórios na província inteira”, fortalecida pela chegada de Patrocínio a Fortaleza.⁴⁹

Com a ajuda do Marechal Negro, a atuação da SCL tomou proporções ainda maiores, se aliando a outras sociedades abolicionistas cearenses, promovendo festejos e também incentivando a criação de novas associações, como as Cearenses Libertadoras, o Centro Abolicionista 25 de dezembro, e as libertadoras dos demais municípios. Enquanto Francisco do Nascimento garantia o trancamento do porto da capital, os abolicionistas partiram rumo ao interior da província, buscando disseminar o movimento:

A estada de Patrocínio no Ceará, que durou mais de três meses, coincidiu com a fase inicial de um programa sistemático de libertação através da concentração em áreas geográficas: em ruas, bairros de cidades, vilas, municípios, capitais provinciais e, finalmente, províncias. (...) o novo sistema, mais tarde usado em todo o Império, focalizou-se primeiramente no município de Aracape, escolhido em virtude de sua acessibilidade por estrada de ferro, de Fortaleza, e por sua pequena população escrava.⁵⁰

No decorrer do processo abolicionista, Sancho de Barros Pimentel foi substituído, ao final de 1882, por Domingos Antônio Raiol, cuja presidência assistiu à aprovação da Lei nº 2031, de 18 de dezembro de 1882, “que criou o imposto de 10\$000 réis anuais sobre cada escravo da capital e de 6\$000 réis para os demais municípios da Província, além de

⁴⁷ ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 195

⁴⁸ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Op cit.* p. 221

⁴⁹ ALONSO, Angela. *Op cit.* p. 195

⁵⁰ CONRAD, Robert. *Op cit.* p. 226

determinar de o produto de dois terços dele seria destinado à libertação de cativos”.⁵¹ Essa conjuntura fortaleceu ainda mais o movimento abolicionista e, em meados de 1883, por fim assumiu Sátiro de Oliveira Dias, presidente de província que era favorável ao abolicionismo - e que esteve a frente da administração quando foi abolida a escravidão no Ceará.

Em 1 de janeiro de 1883, Aracape foi declarado o primeiro município livre do Império e, alguns meses depois, em 24 de maio, a capital Fortaleza foi libertada. Em seguida, a campanha no Ceará se acelerou intensamente, o movimento abolicionista ganhou ainda mais força com a crescente adesão da população cearense e com a publicação da Lei nº 2034 de 19 de outubro de 1883, que aumentava muito os impostos cobrados sobre a posse e a venda de cativos no Ceará.⁵² Assim, houve a intensificação das alforrias e o abolicionismo organizado libertou inúmeras cidades da província em sequência, conquistando oficialmente a Abolição da escravidão no Ceará em 25 de março de 1884.

⁵¹ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Op cit.* p. 221

⁵² SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Op cit.* p. 242

2. O abolicionismo brasileiro e a Greve dos Jangadeiros

2.1. A repercussão da Greve na Corte e no exterior

O evento da Greve dos Jangadeiros foi muito marcante para o abolicionismo brasileiro, servindo de modelo para as subseqüentes campanhas das associações abolicionistas no Império até 1888. Ainda, foi um importante para a rede abolicionista internacional, pois fortaleceu a perspectiva de declínio da escravidão no Brasil, criticado por ser o último país da América a preservar tal sistema.

Em primeira análise, com o fito de compreender a repercussão da Greve dos Jangadeiros para a sociedade imperial e, mais especificamente, para o abolicionismo brasileiro e para os senhores de escravizados, uma análise da imprensa é essencial. Durante os Oitocentos, foi gestada no Brasil uma larga produção de periódicos, e muitos dentre eles se dedicaram à cobertura e discussão do processo abolicionista e, portanto, se faz necessário compreender a potência e a atuação da imprensa brasileira no século XIX.

De acordo com Cláudia Santos⁵³, diversos jornais se posicionavam como formadores de opinião e como atores políticos, dedicados a engajar e instruir os cidadãos, ao passo que congregaram militantes e mantiveram aberto o espaço para debates.⁵⁴ Assim, entende-se que:

além do surgimento de vários periódicos partidários, apareceram muitos jornais e revistas de caráter noticioso, crítico e científico de médio porte e “independentes dos partidos políticos constitucionais”, como: a Gazeta de Notícias (1874), A Província de São Paulo (1875), a Revista Ilustrada (1876) e a Gazeta da Tarde (1880). Essas condições contribuíram para o nascimento do novo jornalismo no Brasil, senão de uma prática jornalística comprometida com o debate de assuntos pertinentes à representação nacional, deixando de atuar apenas na manutenção das regalias dos setores fiadores da estrutura escravista e latifundiária dessa nação.⁵⁵

Esse quadro se tornou ainda mais robusto na década de 1880, entendida como a “segunda explosão dos impressos”⁵⁶, ao passo que a imprensa se tornou “ponto de intersecção privilegiado entre os intelectuais e as camadas populares”.⁵⁷

Ao longo da última década da escravidão, foram marcantes os embates entre a “grande imprensa” e a imprensa de opinião, e estes tomaram forma por meio de inúmeros periódicos. Enquanto o Jornal do Comércio (RJ), por exemplo, era visto como o principal

⁵³ SANTOS, Cláudia. **Disputas políticas pela abolição no Brasil: Nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2022

⁵⁴ SANTOS, Cláudia. *Op cit.* p. 4

⁵⁵ MESQUITA, Francisco Paulo de Oliveira. “Novo jornalismo e abolicionismo: o jornal *Libertador* e a imprensa política na província do Ceará (1880-1884)”. p. 238

⁵⁶ O primeiro momento de “explosão dos impressos” foi a conjuntura de crise da Abdicação de Pedro I e o período da Regência.

⁵⁷ SANTOS, Cláudia. *Op cit.* p. 38

representante da grande propriedade,⁵⁸ e portanto dos senhores de terras e escravizados, muitos periódicos deram espaço, ou mesmo apoiaram, a luta anti-escravista, como *Gazeta da Tarde* (RJ), *Cidade do Rio* (RJ), *O Paiz* (RJ), o *Atirador Franco* (RJ) - não exclusivamente dedicados a essa causa -, e *O Abolicionista* (RJ) e *O Grito do Povo* (RJ) - de fato destacadamente abolicionistas, e que contaram com a participação de membros do movimento à época, como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. Portanto, a repercussão sobre a Greve dos Jangadeiros, e sobre o movimento abolicionista cearense como um todo, se situa nesse contexto de uma imprensa bastante produtiva, e por muitas vezes partidária dos vários interesses sociais vigentes.

Os eventos que tiveram por palco Fortaleza no final de janeiro de 1881, conduzindo ao trancamento do porto da capital ao tráfico interprovincial de escravizados, rapidamente alcançaram os periódicos das demais províncias do Império, bem como o debate público internacional. Isso se deu a partir da articulação do *Libertador* (CE) e da SCL a outros veículos de imprensa, “sobretudo, com os abolicionistas da Corte brasileira, engajados principalmente, na *Gazeta da Tarde* (RJ)”.⁵⁹ Assim, são de especial importância as reações manifestas no debate público da Corte, que indicam como o movimento dos jangadeiros repercutiu no centro do poder imperial.

No dia 11 de fevereiro de 1881, logo após a primeira greve dos jangadeiros, o movimento cearense já era mencionado pelos periódicos da Corte, interpretado como fruto das “vitoriosas propagandas abolicionistas”.⁶⁰ Em seguida, no dia 17 do mesmo mês, a *Gazeta da Tarde* (RJ) - que tinha entre seus colaboradores os abolicionistas João Clapp e André Rebouças - publicou um texto intitulado “Os Jangadeiros do Ceará”⁶¹, que elogiava a ação dos trabalhadores marítimos contra o tráfico interno que, de acordo com a redação, seria ainda pior que o tráfico transatlântico, e concordava com a necessidade do fim do “vergonhoso comércio”, não só no Ceará, como também nas demais províncias.

Ainda, uma publicação muito importante da *Gazeta da Tarde* (RJ) foi veiculada no dia 23 de fevereiro de 1881. A folha ressaltava bastante a importância do *Libertador* (CE) como órgão de imprensa sustentado pela SCL, cuja propaganda seria “o obstáculo que hoje encontram os negreiros para fazerem a exportação de sua mercadoria pelo porto do Ceará”. Ao final da nota, mencionava o dia 27 de janeiro como o inaugurador de um movimento de

⁵⁸ SANTOS, Cláudia. *Op cit.* p. 39

⁵⁹ MESQUITA, Francisco Paulo de Oliveira. “O Abolicionismo do Ceará e o jornal *A Província de S. Paulo*”: O “exemplo” abolicionista cearense e a sua apropriação na propaganda republicana paulista (1880-1888). ANPUH 2019. p. 3

⁶⁰ *Gazeta da Tarde* (RJ). 11 de fevereiro de 1881. “Correspondências Emancipadoras” p. 1

⁶¹ *Gazeta da Tarde* (RJ). 17 de fevereiro de 1881. “Os Jangadeiros do Ceará” p. 1

libertações nas redondezas de Fortaleza e, percebendo “a intensidade dos puros sentimentos que anima aquele generoso povo” da província, vaticinava que “se no porto do Ceará não se embarca mais escravos, breve poderá aquele ilustre povo dizer: No Ceará todos são livres”.⁶²

No mês seguinte, o jornal *O Abolicionista* (CE), em uma seção assinada por André Rebouças, deu exposição aos eventos do porto de Fortaleza, exaltando “a heroica província do Ceará, com seus imortais jangadeiros, dignos Mazaniellos⁶³ da Abolição, recusando embarcar seus irmãos, como mercadoria dos hediondos traficantes de carne humana!”. Além de reproduzir a carta de abolicionista cearense que relatava os sucessos da greve, o periódico elegeu o feito como “um dos mais tocantes do movimento abolicionista” do momento.⁶⁴

É muito importante ressaltar que essa notícia demonstra como os membros do movimento na Corte, já na década de 1880, liam a Greve dos Jangadeiros como um marco para o abolicionismo brasileiro, e para a história da nação. A ênfase do discurso estava, portanto, em fortalecer a figura do jangadeiro como herói popular que capitaneava uma luta necessária contra o tráfico interprovincial no Ceará, que iria se espalhar para o restante do Império, o que conseqüentemente fortaleceria o pleito abolicionista de forma geral.

Em seguida, o *Jornal do Comércio* (RJ), publicou, no início de abril de 1881, uma notícia sobre a Greve, mas o tom da descrição é dúbio. O texto reconhece os esforços da Sociedade Cearense Libertadora, e pouco menciona os jangadeiros, tidos como peças de uma estratégia, além de reduzir a greve a um “obstáculo” para os traficantes. Além disso, utiliza termos carregados de preconceito para se referir aos escravizados, e dedica a maior parte da nota para descrever os traficantes e suas táticas para de fato embarcar os cativos em direção à Corte.⁶⁵

Tal notícia contrasta radicalmente com os textos da *Gazeta da Tarde* (RJ) e do *Abolicionista* (RJ), que posicionam a greve como movimento popular a ser celebrado, interpretado como resultado do sucesso da propaganda abolicionista nacional, e atribuem centralidade aos jangadeiros no processo. De maneira semelhante, o periódico *Atirador Franco* (RJ) também prestou homenagem por meio de uma breve nota aos “patrióticos e intrépidos jangadeiros do Ceará”, reconhecendo a importância dos esforços deles para o fim do tráfico interprovincial.⁶⁶

⁶² *Gazeta da Tarde* (RJ). 23 de fevereiro de 1881. “Movimento Abolicionista no Ceará”. p. 2

⁶³ Tommaso Aniello, também chamado de Masaniello, foi um pescador italiano, que liderou uma revolta contra o domínio dos Habsburgo sobre o reino de Nápoles, em 1567.

⁶⁴ *O Abolicionista* (RJ). 1 de março de 1881. “Gratidão ao Ceará abolicionista”. p. 14

⁶⁵ *Jornal do Comércio* (RJ). 2 de abril de 1881. “Um titular abolicionista”. p. 2

⁶⁶ *Atirador Franco* (RJ). 3 de abril de 1881. p. 5

No dia 4 de abril de 1881, chegou ao porto do Rio de Janeiro o vapor Espírito Santo, o mesmo do episódio do embarque frustrado dos escravizados em Fortaleza. A Gazeta de Notícias (RJ) aproveitou a oportunidade para lembrar que, desde janeiro daquele ano, todos no Império sabem que no porto do Ceará estava proibido o embarque de escravizados - pelos protestos da população de Fortaleza e pelas mãos dos próprios jangadeiros, que se negavam irrevogavelmente a tomar parte no tráfico. Assim, a Gazeta de Notícias (RJ) não fazia juízo de valor sobre a ação dos jangadeiros, descrevendo-a apenas como “notável circunstância” concorrente ao transporte dos cativos - sobre o qual ela oferece profundo detalhamento: impedido o embarque em Fortaleza, os cativos foram transferidos para Aracahú, onde puderam seguir viagem no paquete Ipojuca até a Paraíba, onde finalmente foram embarcados no vapor Espírito Santo e trazidos à Corte. Por fim, o periódico denunciava a grande quantidade de crianças entre os 59 cativos, e finaliza recomendando que as autoridades realizassem uma revista para garantir que não havia nenhum escravizado ilegalmente comercializado.⁶⁷

As publicações anteriormente abordadas evidenciam como, desde janeiro de 1881, já corria a notícia do hercúleo esforço dos trabalhadores abolicionistas no Ceará, e todos os grupos políticos tentavam manipular - ou mesmo esconder - os relatos em favor de seus projetos. Enquanto a Gazeta da Tarde (RJ), o Abolicionista (RJ) e o Atirador Franco (RJ) celebram os jangadeiros e o abolicionismo cearense, o Jornal do Comércio (RJ) e a Gazeta de Notícias (RJ) dão mais detalhes à atuação dos traficantes - e acabam por suprimir detalhes importantes sobre o movimento. Entretanto, apesar de alguma menção ao papel da Sociedade Cearense Libertadora, em nenhuma das notícias há maior detalhamento sobre a robusta adesão popular ao movimento ou qualquer referência à liderança dos jangadeiros nas figuras de José Napoleão ou Francisco do Nascimento.

Em suma, os eventos da greve de janeiro foram marcantes para o abolicionismo nacional, mas alcançaram pouca exposição na imprensa fluminense como um todo. O movimento estava nos pensamentos dos senhores de escravos e dos abolicionistas de todo o Império mas não provocou debates intensos. Em contrapartida, a greve de agosto de 1881 incendiou o debate público na Corte, certamente popularizando ainda mais o movimento abolicionista cearense e seus feitos até então - dos quais não faltariam registros até a eventual Abolição da escravidão na província, em 25 de março de 1884.

⁶⁷ *Gazeta de Notícias* (RJ). 4 de abril de 1881. “Tiragem 24.000 exemp”. p. 1

De maneira muito similar à cobertura da greve de janeiro, as primeiras notícias sobre o movimento em agosto foram publicadas após alguns dias. Em 21 de setembro de 1881, a *Gazeta da Tarde* (RJ) publicou um relato⁶⁸ sobre a situação do abolicionismo cearense, apontando o confronto entre os militantes e o chefe de polícia Torquato Mendes Viana quanto ao embarque de nova leva de escravizados no porto de Fortaleza. Este último tentou obrigar os jangadeiros e demais trabalhadores do mar a participarem do tráfico desses cativos, sem sucesso, e ainda sofreu com deboches e zombarias por parte da população ali presente, que não se importou com a presença das forças policiais.

A notícia denuncia que, em resposta à Greve, alguns dos envolvidos foram demitidos ou exonerados dos cargos que ocupavam na cidade, como o promotor da capital - que compunha a presidência da SCL - e um destacamento de guardas que teria prestado auxílio aos grevistas. Entendendo tais reações como graves, o periódico alertava, ainda, que havia muitas versões dos eventos circulando - incluindo aquela veiculada pelo próprio presidente do Ceará, um dos mais afetados politicamente pelo evento -, dentre elas algumas deliberadamente falsas.

Em seguida, no dia 23 de setembro de 1881, o periódico *O Apóstolo* (RJ) veiculou uma breve nota sobre a mobilização abolicionista no porto de Fortaleza no dia 30 de agosto de 1881 - demonstrando seu apoio à SCL e seu repúdio à ação da força pública. Segundo o jornal, depois de circularem boatos de que seriam embarcados cativos no porto, “um crescido número de pessoas de todas as classes e condições se reuniu na praia, e mostrou com alguma energia a repugnância que causava o tráfico”, e essa manifestação teria sido suficiente para que os responsáveis desistissem deste esforço.⁶⁹

Entretanto, as autoridades, na figura do chefe de polícia Torquato Mendes Viana, não desistiram do embarque das cativas, e se dirigiram ao porto com um equipamento de combate para obrigar os jangadeiros a colaborarem com o tráfico interprovincial, mesmo diante da desistência do próprio senhor das cativas em desistir da operação por receio de estimular o tumulto. Ainda, o periódico responsabilizava Viana pela exaltação dos ânimos, e afirmava que, caso houvesse ocorrido algum tipo de confronto e derramamento de sangue, ele seria o principal culpado. Por fim, celebrava que o vapor partiu sem maiores complicações - ficando impedido o transporte dessas cativas na capital cearense -, e lamentava que “a nobreza de

⁶⁸ *Gazeta da Tarde* (RJ). 21 de setembro de 1881. “Correspondência do Ceará”. p. 1

⁶⁹ *O Apóstolo* (RJ). 23 de setembro de 1881. “Interior - Correspondência do Apóstolo - Ceará”. p. 3

sentimentos de alguns desses dignos cearenses custou-lhes caro”, e alguns dos que aderiram ao movimento foram demitidos de seus cargos.⁷⁰

No mesmo dia, o *Jornal do Comércio* (RJ) publicou uma nota intitulada “Negócios do Ceará”⁷¹, por meio da qual teceu duras críticas ao abolicionismo da província. A redação condenava a greve de agosto de 1881, chamando os militantes e a população mobilizada no porto de Fortaleza de “multidão de moços imprudentes e tresloucados (...) que entendem que, acobertados do nome libertadores, tudo lhes é permitido”. O texto procede a restabelecer a verdade sobre os fatos dos dias 30 e 31 de agosto de 1881, quando o honrado Major Camerino Facundo de Castro Menezes havia sido impedido de embarcar em um navio a vapor com suas escravizadas domésticas. Após receber ameaças à sua vida e sua propriedade, ele teria recorrido à polícia e à presidência da província para que lhe prestassem algum tipo de proteção. Segundo o jornal, as autoridades - cientes que a resistência à saída de escravizados não era inédita - decidiram agir “esperando, entretanto, que as coisas levassem melhor caminho desde que se soubesse que a autoridade estava resolvida a interagir em favor do direito daquele major”.

Ainda, o *Jornal do Comércio* (RJ) afirma que a guarda cívica enviada em auxílio de Camerino teria, na realidade, permitido que ele fosse vaiado e ameaçado pelos “libertadores” até que retornasse à cidade. Mais tarde, o senhor das escravizadas fez uma nova tentativa de embarcá-las junto à sua família no navio, e foi novamente frustrado pelo movimento popular no porto, mas por fim recebeu ajuda diretamente do chefe de polícia.

A notícia denunciava que os abolicionistas estavam proferindo variadas ofensas contra Camerino e sua família, mesmo com a presença das autoridades. Como não seria possível embarcar as cativas, elas seriam deixadas sob os cuidados de um amigo, mas esse plano também foi frustrado pela SCL, que conseguiu auxiliar a fuga das escravizadas e forneceu abrigo em lugar longe das vistas do proprietário e das autoridades. Por consequência, quando o chefe de polícia Mendes Viana compreendeu o que tinha ocorrido, atribuiu a culpa não só ao manifestantes abolicionistas, como principalmente ao vice-presidente da SCL, Frederico Borges, e aos membros da guarda cívica, coniventes com a ação dos militantes, que acabaram exonerados de seus cargos.

Em adição, a redação do *Jornal do Comércio* (RJ), bastante inflamada pelos eventos da greve, tornou a criticar a Sociedade Cearense Libertadora, que:

⁷⁰ Idem. p. 3

⁷¹ *Jornal do Comércio* (RJ). 23 de setembro de 1881. “Negócios do Ceará”. p. 3

julgando-se dispensada das condições legais, indispensáveis para poder existir, e revoltando-se animada pela impunidade, contra as leis do país, tenta impedir ao cidadão brasileiro o exercício de um direito estranho e invectiva a autoridade que se resolve a fazer respeitar esse direito; sociedade que indiferente às desgraças públicas, e esquecida das calamidades por que acaba de passar a província, arvora o pendão da libertação dos escravos (...) e emprega para conseguir seus fins a surpresa, a violência ao direito, o desrespeito à lei; - meios indignos e perturbadores da ordem pública (...).⁷²

Tais denúncias tinham como objetivo alertar o governo imperial sobre a situação no Ceará, cuja população estaria se comportando de maneira ingrata, “esquecida dos enormes e generosos sacrifícios que por ela fez o país”⁷³ no período da Grande Seca de 1877-1879. A redação do jornal entendia que a greve e a postura da SCL ante a “questão servil” era muito alarmante, pois estaria “lançando sobre as províncias irmãs, onde a solução do problema é muito mais complicada, a faísca da insurreição que, uma vez ateadada, não se poderá extinguir sem medidas de compressão e repressão”. Ou seja, o *Jornal do Comércio* (RJ) reconhecia o potencial revolucionário do movimento dos jangadeiros de Fortaleza, e temia que este repercutisse para as outras regiões do país e se tornasse uma inspiração para novos focos de resistência contra a propriedade escrava, ainda entendida como um direito do cidadão brasileiro.

Finalmente, a notícia reproduzia o panfleto “Corra Sangue!”, veiculado em Fortaleza às vésperas da greve pelos membros da SCL, e provocava o leitor a refletir sobre o tom agressivo da convocação, e, portanto, do quanto seriam capazes os abolicionistas cearenses. Percebe-se, então, como a greve foi vista pelos escravistas como uma real ameaça à continuidade do cativeiro no país. Tal nota, bastante inflamada, foi responsável por provocar um fervoroso debate na imprensa fluminense sobre o movimento cearense e as suas consequências.

Em resposta, a *Gazeta de Notícias* (RJ)⁷⁴ publicou uma carta-resposta de Paula Ney⁷⁵, um célebre literato cearense, que repudiava a notícia veiculada pelo *Jornal do Comércio* (RJ), chamada de “infame publicação”. Segundo Ney, o texto, cujo autor permaneceu anônimo, era mentiroso e calunioso, e chamava “tresloucados e imprudentes os sócios da Libertadora cidadãos honestos, distintos e laboriosos” de maneira covarde e miserável. Em oposição ao

⁷² *Jornal do Comércio* (RJ). 23 de setembro de 1881. “Negócios do Ceará”. p. 3

⁷³ Na realidade, a Grande Seca de 1877-1879 provocou o óbito de cerca de 500 mil pessoas em todas as províncias afetadas, sem qualquer ajuda relevante do Império - fato muito criticado pela imprensa brasileira à época.

⁷⁴ *Gazeta de Notícias* (RJ). 24 de setembro de 1881. “Negócios do Ceará”. p. 2

⁷⁵ Paula Ney era um poeta, jornalista e boêmio cearense. Nasceu em Aracati em 1858, e ao longo da vida passou a viver no Rio de Janeiro, onde morreu em 1897. Entre seus amigos, estavam figuras como Aluísio Azevedo, Coelho Neto e José do Patrocínio. Junto com Clóvis Beviláqua e Silva Jardim, foi um dos fundadores do periódico *Labarum Literário*.

que classificava como mentiras do Jornal do Comércio (RJ), Paula Ney ressaltava que os fatos verídicos haviam sido descritos pela própria Sociedade Cearense Libertadora em um manifesto publicado pouco depois da greve de agosto de 1881.

De acordo com o autor, a intervenção do promotor público Frederico Borges - que também era membro da SCL - foi muito pertinente e em nenhuma medida justificava sua posterior demissão, visto que “mesmo na qualidade de promotor público, aquele ilustre cidadão podia achar-se no porto de Fortaleza, para em nome dos princípios que representava impedir a consumação de um ato iníquo, bárbaro, cruel e desumano”. Ainda, aproveita para elogiar os jangadeiros cearenses, que seriam “abolicionistas convictos, enobrecidos pelo trabalho e animados pela dignidade que lhes dá energia e altivez”. O último trecho do texto sumariza bem a opinião de Paula Ney sobre os jangadeiros e desfere o golpe final à narrativa do Jornal do Comércio (RJ):

Aqueles valentes homens do mar estão acostumados pela constante luta pela vida desde muito tempo já; e, quando o furioso elemento em que foram criados, não teve ainda nas suas iras força bastante para enfraquecê-los, não é com certeza o aparato de força militar, nem as ameaças de chefes de polícia do governo liberal que conseguirão a tibieza de corações tão generosos e a covardia os heróis daqueles mares, tão cheios de cóleras e tão cheios de encantamentos.⁷⁶

Esse mesmo texto foi publicado novamente pelo periódico O Abolicionista (RJ), no dia 28 de setembro, antecedido por uma nota que elogia a Gazeta de Notícias (RJ) como um “ilustre órgão da imprensa fluminense” e, principalmente, exaltando o “espírito abolicionista” da heroica província do Ceará. Dessa maneira, um dos principais jornais abolicionistas da Corte reitera o apoio aos jangadeiros e ao esforço de trancamento do porto com o fito de sufocar o tráfico interprovincial.⁷⁷

Sobre as notícias além do Império, é muito importante a menção ao jornal britânico The Times, que, em 1 de junho de 1883, publicou uma nota sobre o movimento abolicionista cearense, intitulada “O Movimento Abolicionista no Brasil”,⁷⁸ mencionando o evento das Greves dos Jangadeiros. A nota em questão fora escrita por Joaquim Nabuco, líder abolicionista brasileiro que vivia em Londres naquele período atuando como correspondente do Jornal do Comércio (RJ), e enviada ao editor do periódico inglês, para divulgar os êxitos e méritos da luta no Ceará que foram o destaque do abolicionismo brasileiro durante algum tempo.

⁷⁶ *Gazeta de Notícias* (RJ). 24 de setembro de 1881. “Negócios do Ceará”. p. 2

⁷⁷ *O Abolicionista* (RJ). 28 de setembro de 1881. “Abolicionistas Cearenses” p. 6

⁷⁸ *The Times* (Inglaterra). 1 de junho de 1883. “The Abolition Movement in Brazil” p. 4.

O texto em questão entende que todo o processo abolicionista cearense, que àquela altura já estava bastante avançado, teve origem dois anos antes, pelas mãos dos “jangadeiros pobres, que se recusaram a transportar os escravizados da praia até as embarcações que os levariam até o Sul”. Ainda, interpretava a Greve como o principal impulso para os esforços abolicionistas que mais tarde levaram à libertação inédita de toda a província, e previu que o Ceará estava “destinado a ser o centro de formação de um novo país, que já se pode ver deixando a forma rudimentar e atrasada da escravidão pela estrutura crescente e elevada da liberdade”.⁷⁹

2.2. O abolicionismo cearense à frente do movimento nacional

As repercussões do evento são bastante relevantes para compreender as Greves dos Jangadeiros de 1881 e o movimento na “província do Ceará como o exemplo para o abolicionismo no Brasil, possibilitando a construção de uma opinião pública, que (...) possibilitou a afirmação de uma narrativa que apresentou o Ceará como protagonista da abolição no Brasil-Império”⁸⁰ nas décadas finais do século XIX.

Ao divulgar os empreendimentos da Sociedade Cearense Libertadora em veículos nacionais e internacionais, buscava-se popularizar a causa e tornar o movimento visível para a comunidade abolicionista global. A militância nacional voltou a utilizar o Ceará como exemplo a ser seguido e como bom presságio para a causa em escala nacional quando da Abolição da escravidão na província. O próprio *The Times* voltou a noticiar o abolicionismo cearense no dia 8 de abril de 1884,⁸¹ logo após a libertação geral dos cativos da província que ocorreu em 25 de março do mesmo ano.

Ainda, o exemplo mais marcante dessa mobilização do caso cearense, desde a eclosão da Greve até a conquista da Abolição, foi a produção de um panfleto chamado “L'affranchissement des esclaves de la province de Ceará au Brésil”, isto é, “A Emancipação dos Escravos da Província do Ceará no Brasil”, que resumia os esforços do movimento no Ceará, e que foi divulgado por José do Patrocínio em um banquete, em Paris, para o encontro de lideranças abolicionistas internacionais. Tal reunião contou com a presença de figuras importantíssimas da luta anti-escravista global, como o francês Victor Schoelcher, senador

⁷⁹ *The Times* (Inglaterra). 1 de junho de 1883. “The Abolition Movement in Brazil”. p. 4.

⁸⁰ MESQUITA, Francisco Paulo de Oliveira. “O Abolicionismo do Ceará e o jornal *A Província de S. Paulo*”: O “exemplo” abolicionista cearense e a sua apropriação na propaganda republicana paulista (1880-1888). ANPUH 2019. p. 3

⁸¹ *The Times* (Inglaterra). 8 de abril de 1884. “The Anti-Slavery Movement in Brazil”. p. 4

responsável pela declaração da abolição da escravidão na França em 1848, e o porto-riquenho Ramón Emeterio Betances, considerado o “pai” da independência de Porto Rico.

No texto escrito por Patrocínio, ele faz questão de exaltar o Ceará, por onde passou em 1882, a convite de Paula Ney, e onde atuou em auxílio ao movimento abolicionista na libertação de uma série de municipalidades. Além disso, ele também elogiou efusivamente os jangadeiros, considerados os protagonistas desses esforços:

Não se pode ver esses bravos jangadeiros sem amá-los. Queimados pelo sol, peitos hercúleos, pernas musculosas, pés descalços, eles desafiavam dia e noite o oceano, cantando alegremente o amor e as memórias do passado, enquanto a brisa aguda inflava a vela triangular do mastro oscilante daquela plataforma flutuante que lhes servia de embarcação.⁸²

Os feitos dos abolicionistas cearenses chegaram até o escritor francês Victor Hugo - autor de obras como *Os Miseráveis* e *O Corcunda de Notre-Dame*, por meio de uma carta de José do Patrocínio que pedia “apoio no sentido de interceder junto a D. Pedro II, para que o imperador decretasse o fim da escravidão em todo o Brasil”⁸³. Victor Hugo respondeu à carta de Patrocínio, exaltando a abolição cearense:

Uma província do Brasil acaba de declarar abolida a escravidão em seu território (...) Para mim esta é uma grande notícia. A escravidão é o homem transformado em besta dentro do próprio homem (...) Brasil deu à escravidão um golpe decisivo (...). Antes do fim do século a escravidão haverá desaparecido da face da terra. A liberdade é a lei humana.⁸⁴

Enfim, conclui-se que o movimento abolicionista nacional teve sucesso em propagandear os feitos do Ceará ao redor do mundo, e conquistou o apoio de personagens importantes da rede abolicionista global, engrandecendo-se perante a repressão do poder imperial.

⁸² PATROCÍNIO, José do. **L'affranchissement des esclaves de la province de Ceará au Brésil; notes par José do Patrocínio**. Paris [França]; Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1884. 22 p., 25 cm.

⁸³ FERREIRA, Lusirene. **Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João Del-Rei, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, São João Del-Rei-MG, 2010. p. 126

⁸⁴ Idem. p. 126

3. O papel dos trabalhadores no ativismo abolicionista

O abolicionismo cearense, que tem a Greve dos Jangadeiros como um de seus principais marcos, se diferenciou de outras campanhas antiescravistas do período por ter abarcado um intenso ativismo das camadas populares, especialmente dos trabalhadores marítimos como os jangadeiros. A adesão desses estratos da população pode ser explicada, no caso do Ceará, pelas experiências relacionadas direta ou indiretamente com a escravidão e as práticas inerentes a ela, pelo contexto regional e pelas tradições de classe dos trabalhadores.

Em primeiro lugar, se faz fundamental retomar o contexto da precariedade estrutural da liberdade no Brasil escravista. Segundo Sidney Chalhoub, as autoridades e a legislação do Império atuavam com o fito de “coadunar a classe senhorial no procedimento de acumulação de propriedade escrava ilegal”, e também transferiam “à população negra o ônus da prova de sua liberdade (...)”.⁸⁵ Dessa forma, caso não fossem capazes de comprovar a liberdade, poderiam ser acusados de serem escravizados fugidos e em seguida presos e leiloados em praça pública, reduzidos novamente ao cativeiro.⁸⁶ Existiam, ainda, várias brechas na lei que facilitaram e rotinizaram a escravização ilegal de indivíduos negros, fossem eles livres ou libertos, como a fragilidade das alforrias condicionais ou a ausência de uma carta de alforria para aqueles nascidos em liberdade.⁸⁷

Essa prática se tornou ainda mais intensa com o fim do tráfico transatlântico de escravizados em 1850, visto que a demanda dos grandes centros produtivos passou a ser suprida pelas escravarias das províncias. Nesse contexto, foram registrados frequentes sequestros e vendas de homens, mulheres e crianças negras, naturalizados e protegidos pela legislação vigente.⁸⁸

No entanto, esse quadro foi alterado na década de 1870, com a publicação de determinados dispositivos legais, dentre os quais se destacou a Lei do Ventre Livre (1871). A legislação, além de libertar cativos abandonados pelos senhores, obrigava que todos os escravizados do território brasileiro fossem submetidos a uma matrícula especial. A partir desse momento, todos aqueles que fossem encarcerados sob suspeita de serem escravizados fugidos só poderiam ser assim considerados se estivessem matriculados conforme mandava a disposição legal.⁸⁹

⁸⁵ CHALHOUB, Sidney. “Liberdade precária”. In: CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 229

⁸⁶ Idem. p. 240

⁸⁷ Ibidem. p. 249

⁸⁸ Ibidem. p. 258-261

⁸⁹ Ibidem. p. 267

Em segunda análise, é essencial compreender que a liberdade era ainda mais precária em casos de extrema vulnerabilidade, como no contexto de crise no Ceará nas décadas finais do século XIX. Na realidade, ao arrepio do que determinava a lei de 28 de setembro de 1871, a reescravização ilegal foi bastante comum durante a Grande Seca de 1877-1879, mesmo que parcelas da sociedade demonstrassem revolta frente a essa prática, e esse quadro fortaleceu a adesão popular ao abolicionismo cearense.⁹⁰

A prática da escravização ilegal era comum na esmagadora maioria dos circuitos do tráfico interno, que era especialmente forte no Ceará, e “a venda de crianças livres e a reescravização com posterior comercialização de pessoas libertas”⁹¹ se tornaram fonte de enriquecimento para grupos de sequestradores e para comerciantes. Essa prática foi ostensivamente denunciada pelo periódico abolicionista *Libertador* (CE), que apontou “os nomes de diversos escravizadores de gente livre, dentre esses, pessoas poderosas e influentes, ocupantes de cargos públicos (...)”.⁹²

Dentre essas várias denúncias, um dos mais importantes foi Joaquim da Cunha Freire - um dos mais ricos e influentes comerciantes do Ceará, que havia sido presidente da província no início da década de 1870 -, “apontado como o maior traficante de escravos do Norte, tendo, de acordo com o jornal, exportado mais de três mil pessoas, vendidas para o sul no tráfico interprovincial”.⁹³ Os traficantes recorriam à falsificação de documentos, sonegação de impostos e suborno de funcionários públicos para escapar à fiscalização alfandegária e às demais autoridades, e não são conhecidos processos feitos contra os traficantes que foram pegos em irregularidades.

Dessa forma, no Ceará, “a liberdade precária (tutelada ou não) significava para o libertando manumitido, alforriado sob condições, ou não, perigos de uma re-escravização, ou mesmo a escravização de negros livres, mediante as urdiduras de senhores”.⁹⁴ Mesmo que fossem livres ou libertos, os indivíduos de cor sofriam pressões constantes das autoridades policiais e dos senhores, tendo em vista que tinham de comprovar o status de livres.⁹⁵ A

⁹⁰ RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. “Do tribunal para além da justiça: tornando-se livre nos meandros das leis (1871-1884)”. In: FUNES, Eurípedes; RODRIGUES, Eylo; RIBARD, Franck (Orgs.). **Histórias de Negros no Ceará**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 54

⁹¹ MAMIGONIAN, Beatriz; PEDROZA, Antônia. “A escravização ilegal no Brasil sob as lentes da história social do trabalho e do direito”. In: MAMIGONIAN, Beatriz (Org.); PEDROZA, Antônia (Org.). **Escravidão ilegal no Brasil**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. p. 29

⁹² PEDROZA, Antônia. “Os agentes do Estado imperial e a escravização ilegal”. In: MAMIGONIAN, Beatriz (Org.); PEDROZA, Antônia (Org.). **Escravidão ilegal no Brasil**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. p. 254

⁹³ PEDROZA, Antônia. *Op. cit.* p. 254

⁹⁴ RIBARD, Franck; FUNES, Eurípedes. *Op. cit.* p. 30

⁹⁵ RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. “Do tribunal para além da justiça: tornando-se livre nos meandros das leis (1871-1884)”. *Op. cit.* p. 48

incerteza da liberdade após a alforria, isto é, a ambiguidade e a complexidade do status de “liberto” se tornaram fator importantíssimo para a mobilização das classes subalternas.

Ainda, esses escravizados e re-escravizados eram inseridos na dinâmica do tráfico interno, que provocava “a desestabilização das condições de cativoiro”⁹⁶ e a morte dos indivíduos durante o transporte forçado dessas pessoas para os grandes centros produtivos, onde serviriam de mão-de-obra cativa para os senhores. Dado que os escravizados também enxergavam o tráfico interno como experiência violenta de desenraizamento e de corte de todas as conexões com a comunidade à qual pertenciam, eles resistiam antes e depois do embarque nos navios dos traficantes - empreendendo inúmeras fugas pela terra ou pelo mar.

Ademais, o tráfico interno não impactava somente os cativos, tendo em vista que o sistema de controle e disciplina elaborado para coibir fugas - representado por mecanismos como os passaportes, necessários para o acesso aos transportes - afetava pesadamente a vida de todas as pessoas negras pobres, sempre suspeitas de serem fugitivas, provocando revolta na população. Sobre a cruza e violência do tráfico interno, é muito marcante o seguinte relato, publicado no jornal *Libertador* (CE) em Fortaleza:

(...) Quem é testemunha ocular das caravanas que atravessam as regiões de nossas províncias; quem tem visto, como eu, acampar estas ambulâncias da morte cheias de inocentes supliciados, entre os quais se vêem mulheres, crianças e anciãos, não pode deixar de invocar a piedade e o patriotismo (...) para esse lamentável estado de coisas que desonra a nossa pátria.

Esse comércio iníquo me impressiona, há muito tempo, e me fará até revolucionário. Não há muito atravessava eu ao calor do meio dia, uma dessas regiões desertas da minha província; o sol abrasava; de repente ouvi um clamor confuso de vozes que se aproximava; era uma imensa caravana de escravos com destino aos campos de S. Paulo.

Entre alguns homens de gargalheira ao pescoço, caminhavam outras tantas mulheres, levando sobre os ombros seus filhos entre os quais se viam crianças de todas as idades, sendo toda essa marcha a pé ensanguentado a areia quente dos caminhos.

Quis fugir a esse aspecto, doloroso, mas fui logo arrastado por um grito angustiado; era uma pobre mãe de duas crianças que caíra esbaforida pelo sol abrasador, ao longe da estrada. Ao passo que durante a noite o aspecto de uma dessas caravanas acampadas faz estremecer de horror a fibra a mais forte, o coração o mais duro.

Em torno de uma grande fogueira jazem estendidos os míseros escravos sem distinção de sexo nem de idade, e entre o tenir dos ferros, os lamentos das mulheres e das crianças, ouvem-se os gritos dos guardas que experimentam as correntes, impondo silêncio àqueles que ousam queixar-se. Mas além na penumbra tripudia o vício o mais infrene. E se acontece que durante a noite algumas dessas míseras escravas torna-se mãe, no dia seguinte a marcha da

⁹⁶ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.* p. 255

caravana não se interrompe, e o fruto querido de suas estranhas é condenado a morrer no primeiro ou segundo dia de jornada, se antes não é lançado em algum canto ignorado a esperar pelo abandono.

Nesse ponto havemos de insistir e clamar para que não se esqueça de que essas cenas que se dão no interior das províncias do norte, degradam a alma da nação.⁹⁷

Tal relato menciona as “ambulâncias da morte” que percorriam o sertão das províncias, levando os escravizados em direção aos portos do litoral, em um movimento que foi bastante intensificado pela Grande Seca de 1877-1879 no Ceará. Assim, a Grande Seca e o progressivo esvaziamento de muitas lavouras do interior da província fizeram com que ocorresse um relevante fenômeno de migrações para outras províncias e para os centros urbanos cearenses, especialmente para a capital Fortaleza.

Além da concentração da população nas cidades - geralmente localizadas no litoral -, não só as caravanas de escravizados, como o embarque nos navios a vapor eram cenas comuns na rotina dos cearenses na segunda metade do século XIX. Consequentemente, a violência cotidiana do tráfico interprovincial contribuiu para a sensibilização de variadas camadas da população, especialmente aqueles cujo estatuto social não fazia parte dos projetos da elite e do governo.

Quanto à participação dos escravizados nas redes de sociabilidade e na construção de um abolicionismo a partir de baixo, há evidências de que a escravidão em Fortaleza assumiu um formato que garantia - quando comparado ao trabalho livre - maior mobilidade urbana ao cativo, que “não teria tantos obstáculos para costurar uma rede suficientemente ampla de relações de comunicação e solidariedade (...)”.⁹⁸ No mesmo contexto de alargamento do escopo de liberdade, o trabalho de aluguel ou a escravidão ao “ganho” ofereciam a oportunidade de “ampliar seu espaço de relações sociais, muitas vezes atuando solidariamente”, exercendo funções “longe dos olhos dos senhores”.⁹⁹

Além disso, é justamente na conformação de redes de solidariedade e da articulação de resistência coletiva que se inserem os trabalhadores marítimos - como os jangadeiros e lancheiros de Fortaleza -, fundamentais ao abolicionismo popular na província na segunda metade do século XIX. Esses indivíduos estavam inseridos em uma “longa tradição de marinheiros escravizados, livres e libertos trabalhando lado a lado ao longo da costa

⁹⁷ *Libertador* (CE). 17 de fevereiro de 1881. “Parlamento Brasileiro - Tudo pela liberdade”. p. 8

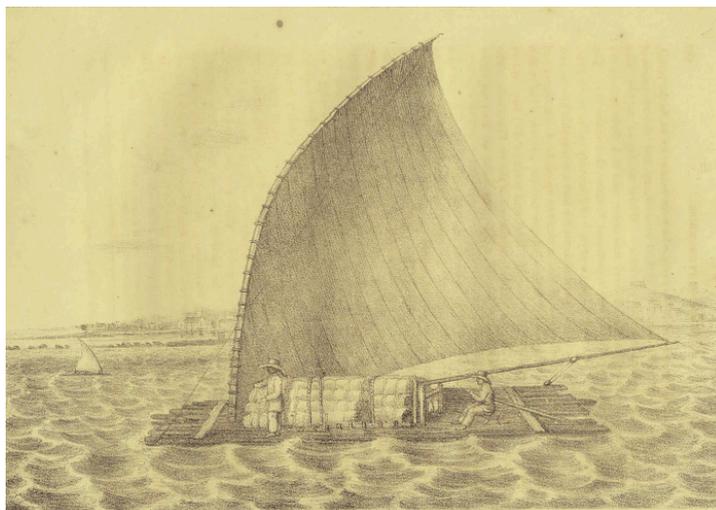
⁹⁸ RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. *Op. cit.* In: FUNES, Eurípedes; RODRIGUES, Eylo; RIBARD, Franck. *Op. cit.* p. 64

⁹⁹ MARQUES, Janote Pires. **Festas de negros em Fortaleza: Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008 p. 63

brasileira”, e se tornam ainda mais importantes tendo em vista que o trabalho portuário e marítimo “oferecia oportunidades e desafios para os escravizados contestarem a escravidão no Brasil”.¹⁰⁰

A participação da população pobre e não-branca em ofícios atrelados ao tráfico também os aproximava daquela dura realidade. Os jangadeiros, que são os principais personagens desse trabalho, eram, em sua maioria, homens de cor, escravizados ou libertos a serviço das grandes casas de comércio do porto. É fundamental mencionar que em Fortaleza - e várias outras cidades do litoral cearense - não era possível que as embarcações de se aproximarem muito da costa, e portanto não havia atracadouros e nem trapiches diretos e se tornava necessário o transporte das mercadorias da praia até os navios em embarcações como as jangadas (Figura 5).

Imagem 5 - Representação de uma Jangada do século XIX



Fonte: HENDERSON, James. **A History of Brazil; comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, etc.** London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row, 1821.

Apesar do seu papel na rotina do tráfico - o que complexifica uma visão única sobre eles como ativistas anti-escravidão -, a grande importância desses marinheiros era, segundo Martine Jean, a sua inserção nos circuitos de fuga pelo mar e a articulação à “underground railroad” que acoitava escravizados em todo o Império.¹⁰¹

De acordo com Felipe Azevedo e Souza, tais circuitos de fuga pelo mar já haviam sido iniciados no fim da década de 1870, quando “as fugas de escravizados se generalizaram e foram incorporadas ao repertório do movimento abolicionista”, conferindo a ele um caráter

¹⁰⁰ JEAN, Martine. Rethinking Slavery’s Abolition in Ceará Through an Engagement with Maritime Marronage. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, p. 1-20, 2022. p. 3

¹⁰¹ JEAN, Martine. *Op. cit.* p. 5-6

revolucionário, e se intensificaram ainda mais na década de 1880. O Clube do Cupim (PE), por exemplo, fundado após a Abolição no Ceará, foi uma dessas associações, que firmaram redes abolicionistas interprovinciais e organizaram rotas de fuga de escravizados, contando com a participação dos trabalhadores marítimos.¹⁰²

Martine Jean adiciona, ainda, que tanto o auxílio às fugas de escravizados, quanto o uso dos conhecimentos náuticos para a própria fuga foram práticas comuns aos trabalhadores marítimos do Brasil e de outras sociedades escravistas das Américas - como Cuba e os Estados Unidos da América, reforçando a tese de que esses marinheiros compartilhavam uma tradição de um abolicionismo feito a partir de baixo.¹⁰³

No contexto da escravidão no Ceará oitocentista, os jangadeiros foram as principais figuras da luta pelo fim do regime escravista, e a participação engajada desses indivíduos motivou ainda mais a adesão popular robusta ao movimento abolicionista - contribuindo para a radicalização e a massificação do mesmo. Tendo em vista que eles desempenhavam função basilar no funcionamento do tráfico, entende-se que a dependência estrutural em relação a esses trabalhadores indica o potencial do seu ativismo e o impacto que tiveram para a concretização das Greves dos Jangadeiros em 1881.

Por fim, as cenas da escravidão nas décadas finais do século XIX causaram bastante repulsa a diferentes estratos da população de fortaleza que, mesmo não sendo defensores da abolição imediata da escravidão, não toleravam mais as violências do tráfico e da escravização ilegal, especialmente no contexto de carestia e fome causado pela seca. O ativismo dos jangadeiros, compartilhado com outros grupos de trabalhadores, somou-se à revolta produzida na população naquela conjuntura, o que fornece bases mais sólidas para a compreensão do engajamento das camadas populares de Fortaleza no movimento abolicionista e, conseqüentemente, na Greve dos Jangadeiros de 1881.

¹⁰² SOUZA, Felipe Azevedo. “Huguenotes, ingleses, abacaxis: associativismo abolicionista e escravizados nas rotas de fuga entre Pernambuco e Ceará na década de 1880”. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 23, n. 50, p. 408–431, maio 2022. p. 410-411

¹⁰³ JEAN, Martine. *Op. cit.* p. 4

Considerações finais

Por fim, após o estudo detido do evento da Greve dos Jangadeiros de 1881 a partir de baixo, é possível traçar algumas conclusões sobre esse tipo de abolicionismo popular. O movimento dos lancheiros, jangadeiros e catraieiros, que impediram o embarque de escravizados no porto de Fortaleza (CE) em janeiro de 1881 desferiram um golpe muito contundente contra o tráfico interno de escravizados no Brasil, visto que esse sistema não se sustentou por muito mais tempo após a Greve.

Entretanto, a maior herança dos jangadeiros para o abolicionismo brasileiro não foi o fim do tráfico interprovincial, apesar deste ter abreviado a duração do sistema escravista. Na realidade, esse evento inaugurou uma nova forma de militância abolicionista, tendo como protagonistas as camadas populares, o que conferiu um radicalismo fundamental ao movimento. As notícias do período, quando analisadas a contrapelo, evidenciam a importância da atuação desses trabalhadores e do engajamento das camadas populares de Fortaleza para a paralisação do porto.

Ademais, esse novo modelo de ativismo abolicionista foi adotado pelos membros da Confederação Abolicionista, na Corte, e por muitos outros ativistas em todo o Império, e os feitos do Ceará repercutiram mundialmente, representando bons presságios em relação à Abolição no Brasil para a comunidade antiescravista internacional.

Estes indivíduos propunham um abolicionismo legitimamente popular, insatisfeitos com os abusos dos traficantes e senhores, e com um sistema racialmente hierarquizado que limitava o acesso de pessoas de cor à maioria das garantias de um cidadão livre comum. Frente às violências da escravização ilegal de pessoas livres e libertas e do tráfico interno de escravizados para os centros produtivos do Império, os trabalhadores e outras variadas camadas da população de Fortaleza se opuseram aos abusos dos traficantes e se mobilizaram para o fechamento do porto da capital cearense. Para tanto, foi essencial a participação dos jangadeiros, tradicionalmente envolvidos em circuito de fugas de cativos e outras práticas de liberdade no Brasil oitocentista.

Na liderança dessas classes populares, estavam duas figuras: o jangadeiro liberto José Luís Napoleão e Francisco José do Nascimento, o prático-mor do porto de Fortaleza, tendo este último sido escolhido pela SCL para ser o rosto do movimento, dali em diante marcado na história brasileira como Dragão do Mar.¹⁰⁴ De acordo com Martine Jean, a escolha de Nascimento tem uma intenção evidente:

¹⁰⁴ JEAN, Martine. *Op. cit.* p. 17

Nascimento, um jangadeiro empobrecido de origem livre, liderando os botequeiros, apresentou uma genealogia do abolicionismo como sendo obra de pessoas livres. Napoleão, um jangadeiro empobrecido de origem escravizada que se auto-emancipou, no entanto, apresentou uma genealogia radical do abolicionismo, moldada pelos escravizados. Por mais radical que fosse, a Sociedade Cearense Libertadora não parece ter abraçado completamente a história de Napoleão sobre o abolicionismo. (...) No entanto, o silenciamento de Napoleão da história da abolição no Ceará pela liderança da SCL é consistente com o discurso dos abolicionistas, que criou uma ficção da emancipação como um presente concedido altruisticamente pelos livres aos escravizados, sem agência por parte destes últimos.¹⁰⁵

De toda maneira, o presente trabalho mostra que o abolicionismo cearense progrediu e alcançou conquistas importantes, fortalecido pela robusta participação popular após 1881. Os jangadeiros, que se comprometeram com o fechamento definitivo do porto ao tráfico, permaneceram engajados ao longo de toda a luta pelo fim da escravidão na província ao lado das associações como a SCL. Após a Abolição no Ceará, esses indivíduos continuaram participando ativamente do movimento e foram peças fundamentais nos circuitos de fuga interprovinciais articulados a grupos como o Clube do Cupim, ao qual José Napoleão e Francisco do Nascimento também teriam se aliado, organizando fugas de escravizados em 1885, ou seja, depois do fim da escravidão no Ceará em 1884.¹⁰⁶

¹⁰⁵ JEAN, Martine. *Op. cit.* p. 19

¹⁰⁶ SOUZA, Arthur Danilo Castelo Branco de. Corroendo a árvore da escravidão: o Clube do Cupim e o movimento abolicionista em Pernambuco 1880-1900. 2023. **Tese (Doutorado em História)** – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. p. 321-322

Bibliografia

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BARBOZA, Edson Holanda Lima.. “Da diáspora cearense: classificações e alianças em rotas entre o Ceará e a Amazônia”. **Projeto História**, São Paulo, n. 56, pp. 117-148, Mai.-Ago. 2016.

BASILE, Marcello; BASTOS, Lúcia; DE CARVALHO, José Murilo. **Às armas, cidadãos!: panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BEZERRA, Antônio. **O Ceará e os cearenses**. Fortaleza: Biblioteca Básica Cearense - Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

CARDOSO, Antonio Alexandre. **Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o Território Amazônico (1847-1877)**. 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2011.

CASTILHO, Celso Thomas. **Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship**. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2016.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERREIRA, Lusirene. **Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João Del-Rei, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, São João Del-Rei-MG, 2010.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **"Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais te vê, Amaru Mambirá": o Ceará no tráfico interprovincial - 1850-1881**. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em História Social)

– Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

_____. “As brechas nas leis e as estratégias dos escravos para obterem sua liberdade”. In: RODRIGUES, Eylo; RIBARD, Franck (Orgs.). **Histórias de Negros no Ceará**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

FUNES, Eurípedes; RIBARD, Franck. “Fortaleza, uma cidade negra na ‘Terra da Luz’”. In: FUNES, Eurípedes; RODRIGUES, Eylo; RIBARD, Franck (Orgs.). **Histórias de Negros no Ceará**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

GIRÃO, Raimundo. **A Abolição no Ceará**. 3a ed. Rev. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 1984.

JEAN, Martine. Rethinking Slavery’s Abolition in Ceará Through an Engagement with Maritime Marronage. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, p. 1-20, 2022.

MAMIGONIAN, Beatriz; PEDROZA, Antônia. “A escravização ilegal no Brasil sob as lentes da história social do trabalho e do direito”. In: MAMIGONIAN, Beatriz (Org.); PEDROZA, Antônia (Org.). **Escravidão ilegal no Brasil**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023

MARQUES, Janote Pires. **Festas de negros em Fortaleza: Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008

_____. “Festas negras na Fortaleza do final do século XIX”. In: FUNES, Eurípedes; RODRIGUES, Eylo; RIBARD, Franck (Orgs.). **Histórias de Negros no Ceará**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

MESQUITA, Francisco Paulo de Oliveira. “Novo jornalismo e abolicionismo: o jornal Libertador e a imprensa política na província do Ceará (1880-1884)”. **Revista Ars Histórica**, Rio de Janeiro, n. 21, pp. 237-265, jan./jun. 2021

_____. **“O que se diz do Ceará”: o abolicionismo cearense no teatro do jornalismo brasileiro (1880-1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2021.

_____. **“O Abolicionismo do Ceará e o jornal A Província de S. Paulo”: O “exemplo” abolicionista cearense e a sua apropriação na propaganda republicana paulista (1880-1888)**. ANPUH 2019.

MILES, Tshombe. Black leaders and their concept of freedom in nineteenth century northeast Brazil. **African and Black Diaspora: An International Journal**, 2012, v. 5, n. 2, 264–282.

MIRANDA, Licínio Nunes de. “O liberto Napoleão e o movimento abolicionista, 1881-1884”. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 227-254, 2020.

MOREL, Edmar. **Vendaval da liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

OLIVEIRA, João Arthur Ricardo de. **A liberdade na terra do sol: A greve dos jangadeiros e o movimento abolicionista no Ceará**. 2014. Monografia (Graduação)- Curso de bacharelado em Humanidades. Instituto de Humanidades (IH), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção-CE, 2014.

PATROCÍNIO, José do. **L'affranchissement des esclaves de la province de Ceará au Brésil; notes par José do Patrocínio**. Paris [França]; Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1884. 22 p., 25 cm;

PEDROZA, Antônia. “Os agentes do Estado imperial e a escravização ilegal”. In: MAMIGONIAN, Beatriz (Org.); PEDROZA, Antônia (Org.). **Escravidão ilegal no Brasil**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023.

RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. “Do tribunal para além da justiça: tornando-se livre nos meandros das leis (1871-1884)”. In: FUNES, Eurípedes; RODRIGUES, Eylo; RIBARD, Franck (Orgs.). **Histórias de Negros no Ceará**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

_____. **Liberdade ainda que precária: tornando-se livre nos meandros das leis, Ceará (1868-1884)**. 2012. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2012

SANTOS, Cláudia. **Disputas políticas pela abolição no Brasil: Nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2022

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da Escravidão no Ceará: das Origens à Extinção**. Fortaleza: Instituto do Ceará. 2011.

SLENES, Robert. “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888”. In: DAVIS, David Brion; JOHNSON, Walter. **The Chattel Principle**. Yale University Press: New Haven, 2008.

SOUZA, Felipe Azevedo e. Huguenotes, ingleses, abacaxis: associativismo abolicionista e escravizados nas rotas de fuga entre Pernambuco e Ceará na década de 1880 . **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 23, n. 50, p. 408–431, maio 2022.

THEOPHILO, Rodolpho. **A fome: Cenas da seca do Ceará**. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

Fontes

Atirador Franco (RJ). 3 de abril de 1881

Gazeta da Tarde (RJ). 11 de fevereiro de 1881. “Correspondências Emancipadoras”

Gazeta da Tarde (RJ). 17 de fevereiro de 1881. “Os Jangadeiros do Ceará”

Gazeta da Tarde (RJ). 23 de fevereiro de 1881. “Movimento Abolicionista no Ceará”

Gazeta da Tarde (RJ). 21 de setembro de 1881. “Correspondência do Ceará”

Gazeta de Notícias (RJ). 4 de abril de 1881. “Tiragem 24.000 exemp.”

Gazeta de Notícias (RJ). 24 de setembro de 1881. “Negócios do Ceará”

Gazeta do Norte (CE). 2 de setembro de 1881. “O assumpto do dia”

Gazeta do Norte (CE). 28 de janeiro de 1881. “Embarque de escravos”

Jornal do Comércio (RJ). 2 de abril de 1881. “Um titular abolicionista”

Jornal do Comércio (RJ). 23 de setembro de 1881. “Negócios do Ceará”

Jornal do Recife (PE). 5 de fevereiro de 1881. “Vapor do Norte - Ceará”

Libertador (CE). 7 de fevereiro de 1881. “Os acontecimentos de 27, 30 e 31 de Janeiro”

Libertador (CE). 17 de fevereiro de 1881. “Parlamento Brasileiro - Tudo pela liberdade”

Libertador (CE). 8 de agosto de 1881. “Abolicionistas! Jangadeiros!”

Libertador (CE). 21 de agosto de 1881. “Às Armas!”

Libertador (CE). 30 de agosto de 1881. “Corra Sangue!”

Libertador (CE). 7 de setembro de 1881. “Manifesto da Sociedade Cearense Libertadora ao Governo e ao Paiz”

Libertador (CE). 8 de dezembro de 1881. “Perfídia”

O Abolicionista (RJ). 1 de março de 1881. “Gratidão ao Ceará abolicionista”

O Abolicionista (RJ). 28 de setembro de 1881. “Abolicionistas Cearenses”

O Apóstolo (RJ). 23 de setembro de 1881. “Interior - Correspondência do Apóstolo - Ceará”

O Cearense (CE). 1 de fevereiro de 1881. “Noticiário - Embarque de escravos”

O Monitor (BA). 9 de fevereiro de 1881. “Províncias - Ceará”

Revista Illustrada (RJ). 12 de abril de 1884

The Times (Inglaterra). 1 de junho de 1883. “The Abolition Movement in Brazil”

The Times (Inglaterra). 8 de abril de 1884. “The Anti-Slavery Movement in Brazil”